Trabalhadores JORNAL DOS

ANO I | Nº 20 | Quinzenal | 20/3 a 14/4 de 1983 | Cr$ 80,00

O PT LANÇA CAMPANHA NACIONAL

Todos contra o arrocho

★ *reuniões, assembléias, nas fábricas e nos sindicatos*
★ *dia de luta, comícios, passeatas, atos públicos*
★ *caravana a Brasília, com abaixo assinado de protesto*

Nas páginas 2, 4, 5 e última

Recado do Lula

Derrubar o arrocho!

Em abril, o novo Congresso Nacional deverá votar o decreto-lei 2012, que modifica a política salarial e aumenta o arrocho. O Governo fez esse decreto no final do ano passado, mas esperou passarem as eleições para enviar o projeto para o Congresso. Porque? Porque, se o tivesse feito antes de 15 de novembro, sua derrota nas urnas teria sido mais espetacular. É que o Governo sabe — como todos sabem — que a nova política salarial, se for aprovada, vai piorar muito a situação dos trabalhadores, que já é péssima. O novo arrocho foi inventado apenas para satisfazer as necessidades dos patrões, descontentes com a crise provocada pelos desmandos da política econômica do regime, e que culminou com a ida ao FMI e com a maxidesvalorização do cruzeiro.

Agora — como sempre — o Governo e os patrões querem que os trabalhadores paguem o pato pela crise, pelo endividamento externo, pela burrice da política econômica, pelas mordomias dos tecnocratas e burocratas e pelos lucros das multinacionais.

Pois bem. Os trabalhadores não vão pagar a conta dos patrões e do Governo. Eles é que paguem. Ao contrário: os trabalhadores vão derrubar o arrocho. E, para isso, precisam organizar-se e se mobilizar rapidamente, em toda parte, das fábricas aos partidos, dos sindicatos às ruas e praças. Devem fazer pressão sobre os novos parlamentares, para que estes rejeitem o decreto-lei 2012. E devem seguir a orientação da Comissão Pró-CUT: abaixo-assinado, ida a Brasília, assembléias, discussões, paralisações. E não devem perder de vista que precisam mobilizar-se e se organizar para, se necessário for, partir para uma greve geral.

Editorial

Contra o Desemprego

A luta dos trabalhadores é uma só, contra a política econômica oficial

P. 2

Fixados os Encontros Sindicais

P.4

Quem é Jessé

P.7

Posição diante da trégua

P. 2

Na Vila Euclides, dia 27

P. 6

Tentaram fajutar o INPC

Última

Ninguém quer nada com o SNI

P. 3

O PT contra o Achatamento Salarial

O Governo baixou o Decreto-Lei 2012, modificando para pior o sistema de reajuste salarial.

A situação antes deste decreto já não era boa. O reajuste se baseia no tal INPC, que é calculado sem fiscalização dos trabalhadores. A produtividade nunca é paga acompanhando o aumento dos lucros. E a inflação sempre come os reajustes, levando os trabalhadores a lutar pela ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS, que é o reajuste trimestral, ou automático, sempre que os preços subirem 10%. Só desta forma garantiremos nosso salário contra a ferrugem da inflação.

O novo decreto rouba outro pedaço de nossos salários. Quem ganha de 1 a 3 salários mínimos, por exemplo, era reajustado pelo INPC mais 10%. O decreto tira esses 10%. O trabalhador que ganha Cr$ 40.000,00 e tem reajuste em março (INPC 41,8) passaria a ganhar Cr$ 58.400,00. Com a nova lei vai ganhar Cr$ 56.720,00 perdendo quase Cr$ 2.000,00 de início. Daqui a 6 meses perde mais um pouco, e de ano em ano veremos que nos tiraram uma fatia grossa do salário que já era curto. Fatia que vai encher mais o bolso do patrão. Sem falar na turma que ganha apenas o salário mínimo e já não vinha recebendo esses 10% nos últimos reajustes.

O GOVERNO ESTÁ DO LADO DOS PATRÕES

O governo mente quando afirma que pretende, desta forma, garantir o nível de emprego. Se salário garantisse emprego, não existiria essa massa enorme de desempregados, exatamente nas faixas mais próximas do salário mínimo.

O governo mente quando afirma que a culpa é do FMI. É verdade que a entrega do controle da economia brasileira ao FMI vai trazer unicamente prejuízos à classe trabalhadora do país. Mas a corrida ao FMI já é resultado de uma crise que foi criada pelo modelo imposto pelo regime, é resultado de sua incompetência, de seu desrespeito pelo povo.

ELES CRIARAM A CRISE, ELES QUE PAGUEM!

Os trabalhadores estão se levantando contra esse decreto. E é possível derrubá-lo quando votado no Congresso Nacional. Para conseguir isso é preciso lutar dentro do Congresso e fora dele, nas ruas, nas praças, nas mobilizações.

No Congresso, a bancada federal do PARTIDO DOS TRABALHADORES já fechou questão contra o Decreto-Lei e está tentando obter o compromisso dos outros partidos no sentido de rejeitá-lo. Ao mesmo tempo, o PT está preparando um projeto de lei estabelecendo o sistema de reajuste trimestral.

A VITÓRIA DEPENDE DE NOSSA LUTA

Mas só conseguiremos a vitória contra o decreto se soubermos lutar para valer em todo o país. Daí a importância de estarmos sindicalizados, comparecer às assembléias, organizarmo-nos nos locais de trabalho.

É importante reforçar a coleta de assinaturas para o Abaixo-Assinado que está sendo encaminhado pelo Movimento Sindical expressando o repúdio dos trabalhadores. O PT entende, no entanto, que outros instrumentos de luta devem ser usados pelos trabalhadores e que a GREVE GERAL não pode ser descartada nas discussões que ora fazemos para encaminhar nossas lutas. O instrumento mais vigoroso e eficaz das lutas da classe trabalhadora é a greve geral de todo o país, ou seja, o dia em que todos nós pararemos nosso trabalho na mesma hora, para sermos respeitados pelos patrões.

O PT manifesta seu total apoio ao Movimento Sindical em realizar ASSEMBLÉIAS UNITÁRIAS nos municípios e nos Estados e em preparar caravanas que levem milhares de trabalhadores à Brasília no dia da votação do decreto. Chamamos também para a organização de vigílias e concentrações em todo o país nesse dia, para engrossar o grito nacional exigindo a derrubada do decreto.

A situação atual de sufoco para os trabalhadores tem saída: a resposta é a mobilização para construir nossa força e nosso poder.

A renovação dos Diretórios do PT

P. 5

Editorial

Preparando a luta

O desemprego continua aumentando em todo o País. E tudo indica que este ano ele vai ser maior do que no ano passado, se não forem tomadas providências enérgicas e imediatas.

A posse dos novos governadores eleitos diretamente pelo povo a 15 de novembro marca, neste mês de março, uma inegável mudança no plano político. Mas nada, nos programas desses novos governadores, é capaz de mostrar esperanças de alguma mudança essencial no plano econômico.

Por seu lado, o Governo Federal não tem se interessado em opor qualquer freio ao desemprego crescente. Ao contrário: embora o desemprego seja uma característica do regime capitalista, nunca ele foi tão grande no Brasil como nestes anos finais do regime implantado em 64. O endividamento externo e a recessão econômica — frutos principais da política entreguista e do autoritarismo do regime de 64 — desembocaram nisso que hoje se vê por aí: centenas de milhares de desempregados todos os meses.

No final do ano passado, o Governo Federal aguardou passarem as eleições para golpear os trabalhadores com seu decreto-lei 2012, que modifica a política salarial e aumenta o arrocho. Na ocasião, o Governo disse que a redução dos reajustes salariais periódicos iria deter a onda de desemprego. As afirmações aos próprios empresários, na ocasião, e os fatos reais subsequentes desmentiram as declarações do Governo Federal. Não contente com isso, o Governo Federal provocou a maxidesvalorização do cruzeiro, em novo ato que golpeou, mais uma vez, toda a sociedade brasileira. Novamente uma das desculpas foi a de que a maxidesvalorização do cruzeiro poderia reequilibrar os investimentos e aumentar os empregos, ou diminuir o desemprego. E, de novo, pura mentira. Não só aumentou o número de demissões nas fábricas, como se alastra outro fenômeno grave: os demitidos não são substituídos, como ocorria até algum tempo atrás. Em outras palavras: acabou a fase da rotatividade de mão de obra, quando os patrões demitiam para recolocar no posto de trabalho um novo empregado com salário menor. Agora, o que as empresas estão fazendo é terminar com os próprios postos de trabalho, com os empregos. Um exemplo: até 81, havia 142.000 empregos industriais em São Bernardo do Campo, o coração da indústria automobilística brasileira. Hoje, há apenas 100.00.

Por aí se vê que a política salrial e a política de emprego andam juntas, mas não da forma pela qual o Governo diz. Na realidade, os trabalhadores brasileiros estão sofrendo duas punhaladas pelas costas: estão ficando sem emprego, e quando arranjam emprego, estão ganhando menos.

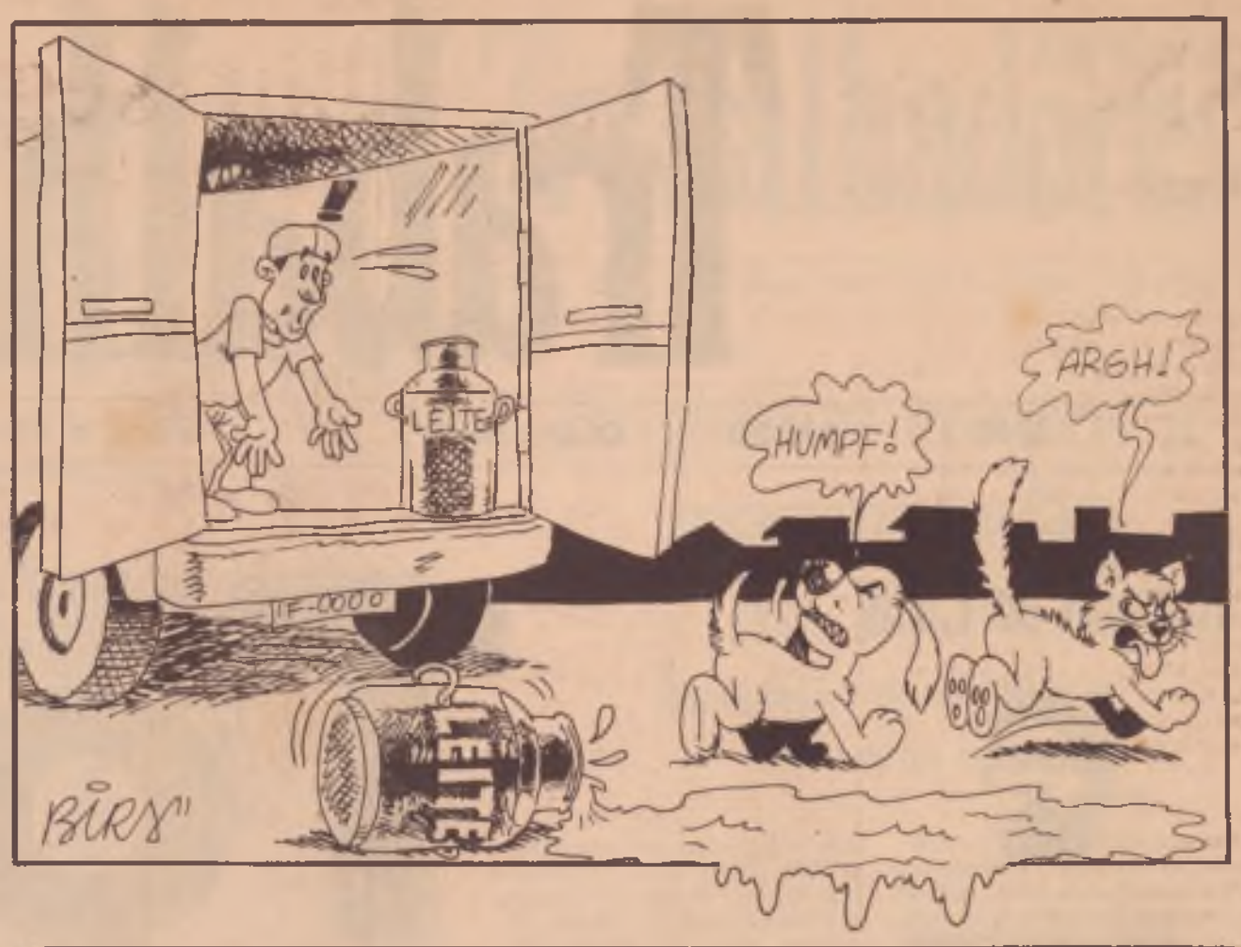
O que fazer, diante disso?

Para muitos, a única solução que apresentam é lamentar a situação. Lamentos hipócritas, pois geralmente são feitos pelos que, nascidos na alta burguesia e ocupando altos postos governamentais, não sentem — e nunca sentiram — as agruras da fome. Para outros, a solução é dizer que não há solução. Também aí se nota o descaso e o desinteresse dos que não se sentem atingidos pelo problema.

Mas, para milhões de trabalhadores, que tem de ganhar a vida no dia-a-dia para sustentar a si próprios e às suas famílias, a solução só pode ser uma: lutar, sem tréguas, para modificar a situação o mais depressa possível.

Ao lançar-se numa ampla campanha nacional contra o arrocho salarial e contra o desemprego, o Partido dos Trabalhadores deixa bem claro que a única forma de viabilizar uma política de emprego e de salários, compatível com as necessidades mínimas da classe trabalhadora, é esta mesma classe trabalhadora estar firmemente mobilizada para lutar por seus direitos mais básicos: o de comer e de viver.

E, para os trabalhadores, estarem firmemente mobilizados não quer dizer discursos vazios, lamentações e promessas demagógicas: quer dizer se organizarem nos locais de trabalho, nos sindicatos, nos partidos políticos, nas entidades de massa, nas ruas e nas praças, e se prepararem para qualquer tipo de luta, e não descartarem siquer a hipótese de uma greve geral.



Internacional

Namíbia: tensão aumenta

A África do Sul forçou a dissolução da Assembléia Nacional

A Namíbia, ocupada e colonizada pelo regme racista da África do Sul, é um país sobre o qual os brasileiros têm muito poucas informações. Mas além de ser relativamente próxima do Brasil – fica na costa africana, bem em frente ao litoral dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo — é hoje um dos principais focos de tensão na África.

E a pretexto de perseguir combatentes da SWAPO (sigla, em inglês, da **Organização do Povo do Sudoeste Africano**, a mais importante organização político-militar, que luta pela independência da Namíbia), que volta e meia tropas sul-africanas invadem o território de Angola.

No começo do ano, a situação da Namíbia tornou-se um pouco mais complicada do que já vinha sendo. Há quatro anos o Governo da África do Sul tinha permitido a eleição de uma Assembléia Nacional. Mas os poderes concedidos à Assembléia seriam tão limitados, que a SWAPO resolveu boicotar as eleições. Mesmo assim elas foram realizadas. Saiu vencedora a Aliança Democrática do Turnhalle, uma organização política que reúne pretos e brancos e que é anti-racista e liberal.

A Aliança elegeu 41 dos 72 membros da Assembléia. Mas em janeiro passado eles renunciaram coletivamente, porque o administrador-geral da Namíbia, que é nomeado pelo governo racista da África do Sul, desrespetiva sistematicamente as decisões da Assembléia.

Problemas antigos

A Namíbia é um país em grande parte desértico, com uma extensão equivalente à de Minas Gerais e São Paulo juntos. A principal riqueza do país são os diamantes. A população é de um milhão de negros e 75 mil brancos, a maioria deles de origem alemã.

Os problemas da Namíbia já são antigos. Quando os países da Europa Ocidental dividiram a África entre si, no século passado, ela coube à Alemanha e era conhecida com o nome de Território do Sudoeste Africano. Com a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, a administração do território foi entregue à África do Sul pela Liga das Nações, organismo internacional surgido naquela época, e considerado predecessor de ONU.

Em 1945, quando a ONU passou a se empenhar na descolonização da África, ela solicitou à África do Sul, que devolvesse o território. Mas o regime racista sul-africano, alegando que a ONU não é a sucessora legal da Liga das Nações — que só veio a se dissolver oficialmente em 1946 — recusou-se a atender a solicitação.

Dura há 38 anos

Começou então um conflito diplomático, que dura hoje há 38 anos. Em 1966, a ONU declarou terminado o mandato da África do Sul sobre o Território do Sudoeste Africano. Um ano depois, começava a guerrilha da SWAPO, hoje reconhecida como representante legítima do povo do território pela ONU, que ao mesmo tempo dava-lhe o nome de Namíbia. E em 1971, a Corte Internacional de Justiça, recusando-se a aceitar as alegações sul-africanas, declarou ilegal a ocupação do território da Namíbia.

Na segunda metade da década de 70, sob pressão do governo norte-americano de Jimmy Carter, que era apoiado pela Inglaterra, Alemanha Ocidental e França, a África do Sul concordou em eleger a Assembléia Nacional, que foi dissolvida agora em janeiro.

Mas a eleição de Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos, logo depois da conservadora Margaret Thatcher ter assumido o governo da Inglaterra, acabou fortalecendo as posições mais reacionárias dos racistas sul-africanos.

O dedo de Reagan

Ao invés de continuar as pressões contra a presença da África do Sul na Namíbia, Reagan resolveu vincular essa questão à presença de tropas cubanas em Angola. Em outras palavras, Reagan coloca como condição para exigir a retirada dos sul-africanos da Namíbia, que os cubanos também se retirem do território angolano (a diferença é que os cubanos estão em Angola a pedido do Governo e não como tropas de ocupação).

O resultado é que, com isso, a África do Sul se sentiu autorizada a levar a situação ao ponto em que ela está hoje. Intensificou suas intervenções militares em terratório angolano e anulou as míseras concessões que tinha feito no sentido de dar autonomia à população da Namíbia.

O Partido dos Trabalhadores e a Trégua

Nota oficial da Comissão Executiva Nacional do PT

A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores emitiu a seguinte nota oficial a propósito do discurso do presidente da República em que ele pede uma trégua às oposições:

"O PT vê com apreensão o quadro político nacional.

"As oposições, perplexas, deixam, nos temas propriamente políticos, a iniciativa ao sistema, e este, acuado pelo debate econômico e pelas graves e reiteradas denúncias de corrupção governamental, pede trégua e propõe negociação, mas o faz segundo os seus termos, definindo, de antemão, aquilo que pode ou não ser negociado.

"Figuras proeminentes das oposições, eleitas para o governo de grandes estados da federação, já vinham, desde a campanha eleitoral, propondo um projeto de ampla conciliação, visando à institucionalização do regime militar, sob a forma de autoritária "democracia".

"Por baixo dessas atitudes, aparentemente patrióticas e superiores, repousa a inequívoca intenção de marginalizar-se o PT e os setores populares dos demais partidos de oposição, para abafar sua luta contra o regime militar e sua posição na defesa dos trabalhadores, contra a opressão decorrente das medidas adotadas a propósito da questão salarial e suas implicações.

"É por isso que o PT adquire a consciência de que não pode, como partido político, fechar-se sobre si mesmo, deixando de aglutinar-se com segmentos partidários que se engajam nas lutas específicas em pról da classe trabalhadora.

"Para tanto, o PT deve assumir iniciativas que, adotadas em seus vários níveis, possam repercutir na ação política parlamentar e social — buscando alterar o panorama existente, para que se adotem orientações, nos vários campos, de sorte a denunciar-se as verdadeiras intenções de quantos pretendem imobilizar os avanços e os ganhos dos trabalhadores no setor social e político, mediante a institucionalização do sistema, pois, em verdade, o que se objetiva é a permanência do mesmo esquema de "poder" inagurado em 1964.

"Aliás, essa impressão transparece nas determinações do Ministro do Exército, quando recua as manifestações relativas ao golpe de 64 para o recesso dos quartéis. Isto diz bem de perto da sua conclusão de que o sistema está em vias de se institucionalizar, podendo se dar ao luxo de patrocinar a eleição direta ou indireta, no regime presidencialista ou parlamentarista, de um homem oriundo da sociedade civil.

"Partindo desta visão política da conjuntura, o PT irá propor a todos os brasileiros realmente engajados na luta pelo fim do regime militar, no sentido de mobilizar os trabalhadores e o povo, medidas centradas em questões práticas, como seja o problema salarial, do desemprego e da crise econômica que oprime a nação. Não declinará da luta por eleições livres e diretas para todos os níveis, da luta pela imediata revogação da LSN, da lei dos estrangeiros e outras restritivas da liberdade, para que a transição que se trama não advenha mais uma vez de cima para baixo, em prejuízo e desrespeito à classe trabalhadora e ao povo brasileiro.

"Nesse sentido, o PT resguarda a sua posição, a qual decorre de seu programa de atuação, de indeclinável inflexibilidade na superação do regime militar-tecnocrata e não da sua simples reforma. E não transigirá do regime militar-tecnocrata e não da sua simples reforma. E não transigirá em cima desses pontos, que são princípios programáticos e intocáveis, considerando ademais que a situação econômica, social e política do país, criada pela incapacidade desse sistema, não encontrará equacionamento nas negociações que ora se fazem com o mundo financeiro internacional, nem em conchavos políticos de cúpula, que desnaturam a determinação do povo em conseguir uma verdadeira democracia para o país.

"É por isso que, nessta perspectiva, a da defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, o PT não temerá o debate com quem quer que seja. São Paulo, 6 de março de 1983."

O PT e a Liga dos Direitos dos Povos

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu na segunda quinzena de março o sr. Piero Basso, representante da Liga Internacional de Defesa dos Direitos dos Povos, e também filho de Lélio Basso, que esteve no Brasil por ocasião do Congresso pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

O sr. Piero Basso — apresentado a Lula pelo secretário de Relações Internacionais do PT, Luiz Eduardo Greenhalgh — esteve no Brasil em contacto com lideranças sindicais e populares e com representantes de partidos políticos, expondo os objetivos de sua entidade. Ele também fez consultas sobre a possibilidade de maior estreitamento de relações entre a Liga e entidades congêneres brasileiras.

Em nome do PT, Lula declarou que o Partido está disposto ao intercâmbio de informações que se fizerem necessárias, para o estabelecimento de relações mais estreitas.

Moçambique

Na mesma ocasião, Lula recebeu, também, representantes da Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Moçambicano (Abrasso), entidade que também defende maior estreitamento de relações entre o Brasil e a República Popular de Moçambique.

A Abrasso edita, em São Paulo, um boletim de divulgação que já está em seu segundo número, e que traz notícias sobre as lutas do povo moçambicano.

Os encontros foram realizadoss na sede do Instituto Wilson Pinheiro, em São Paulo, com a presença de Francisco Weffort, membro da Comissão Executiva Nacional, além do secretário de Relações Internacionais, e de outros filiados ao PT.

A situação na América Central

MARGARIDA AUTRAN

A tendência geral de toda a região da América Central e Caribe é de conflagração, com generalização do conflito armado, concluiram representantes de 21 países que participaram do segundo seminário regional "América Central e Caribe: em busca de uma alternativa própria", promovido pelo Instituto Nicaraguense de Investigações Econômicas e Sociais, em Manágua, entre os dias 9 e 12 de fevereiro.

Jean Marc van der Weid, da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, foi o único brasileiro presente ao seminário, como representante do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas) e observador do Instituto Wilson Pinheiro, do PT. Paralelamente ao encontro, Jean Marc fez um debate público sobre a situação do Brsail, a convite da Associação dos Cientistas Sociais da Nicarágua, e participou de reuniões com representantes da Frente Sandinista de Libertação Nacional, para troca de informações.

Alternativa

Partido da certeza de que nenhum país da região é viável sozinho, os delegados ao seminário estudaram perspectivas de uma integração regional, hoje impossível devido às diferenças de regime político e de sistemas econômicos e sociais. Fizeram inicialmente uma análise crítica da situação atual e de como a crise afeta o povo nos diferentes países da região, abordando a ação do imperialismo, a intervenção dos EUA, dívida externa, queda do poder de troca, protecionismo dos países desenvolvidos e outros fatores que caracterizam a crise econômica que, naquela região, atinge um estado de calamidade.

"Tudo isto vem alimentar a crise institucional que se desenvolve ali" conta Jean Marc. "Em El Salvador e Guatemala, por exemplo, não se vê apenas guerra de guerrilha, mas de posição, com cidades ocupadas. Em Honduras e Costa Rica e repressão é violenta, a agitação é crescente. A exacerbação das contradições é muito grande, levando certamente à conflagração."

Diante desse quadro, foram propostas alternativas em diferentes níveis. A curto prazo, surgiram soluções capazes de interessar a governos tão disparatados como os que existem na região, como por exemplo uma política comum de exportação de açúcar. Estas proposições devem ser agitadas em cada país, como instrumento de ação política junto ao povo e ao governo. A médio prazo foram feitas propostas mais ideais, como a de pensar em termos de uma planificação econômica global.

"Apesar de tudo — diz Jean Marc — é visível no povo da Nicarágua o entusiasmo, a esperança, a vontade de fazer coisas. E enquanto em Manágua pode-se verificar uma certa oposição, principalmente por parte da burguesia, da hierarquia da Igreja e de um lumpezinato que invadiu a cidade depois da guerra e das inundações do ano passado, no interior há unanimidade de apoio à Frente. Num momento como este torna-se cada vez mais importante um movimento internacional de solidariedade aos países da América Central. O PT apoia a luta do povo de toda esta região contra a ação imperialista e conclama todos os seus militantes a divulgar amplamente esta luta."

Cartas

No **Jornal dos Trabalhadores**, nº 19, o companheiro Eduardo Araújo, de Viçosa-MG, lembrou a necessidade do PT em manter seus próprios meios de comunicação, inclusive com a criação de programas de rádio, para mais tarde poder o Partido ter sua própria Rádio Nacional. Dou toda a força. Principalmente porque o povo brasileiro é propenso a confiar mais no que é falado do que no que é escrito. Seria também uma forma de exercitar a oralidade dos militantes, além de divulgar as atividades sindicais, culturais e populares que interessarem ao PT. Sou jornalista e estou disposto a colaborar."

Sérgio Luís Boeira, Porto Alegre-RS.

JORNAL DOS Trabalhadores

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT • Nacional • Quinzenário • Reg. 055615/82. Publicação da Universal S C Ltda. (CGC: 47.826.904/0001 (34). Redação e Administração — Rua Andréa Paulinetti, 550, CEP 04707 — São Paulo — SP — Brasil Tel.: 531-0618.

Editor responsável: Perseu Abramo (reg. prof. 5436, mat. sind. 1085). Administração: Francisco Rodrigues Martins, Departamento Jurídico: Luiz Eduardo Greenhalgh. Composição, Fotolito e Impressão. Rua Arthur de Azevedo, 1.977 — Fones 212-5061 e 814-4046.

SNI não quer soltar segredos

Congressistas, mesmo do PMDB, resistem à idéia de montar Comissão de Inquérito

OSVALTENI PEREIRA BRITO

O assassinato do jornalista Alexandre Von Baumgarten, desaparecido no dia 13 de outubro, quando saiu em companhia de sua mulher, Jeannete Yvone Hansen, e não retornou de uma suposta pescaria, tornou pública uma série de atividades, consideradas suspeitas. Essas atividades envolvem o Serviço Nacional de Informações (SNI), o ministro-chefe do SNI, general Octávio de Medeiros, o chefe da Agência Central do SNI, o general Newton Araújo de Oliveira e Cruz, a Capemi, militares na ativa e na reserva, além de vários nomes ligados a órgãos federais e a governos estaduais

Um erro

Baumgarten foi proprietário da revista "O Cruzeiro" de agosto de 1979 a novembro de 1980. O corpo de jornalista foi encontrado no dia 25 de novembro, no Recreio dos Bandeirantes, no Rio, com dois tiros na cabeça e um na barriga. A filha de Baumgarten e um amigo da família reconheceram o corpo no dia seguinte.

A partir daí as informações vão ficando cada vez mais desencontradas. No dia 25 de janeiro desse ano o Instituto Felix Pacheco, do Rio, informou que o corpo enterrado no cemitério São Paulo, em S. Paulo não era do jornalista e sim do ex-detento Tarcísio Ferreira de Moura. Três dias depois o diretor do Instituto Felix Pacheco admitiu que houve troca nas etiquetas de identificação de dois cadáveres que haviam sido recebidos no mesmo dia. A confirmação de que o corpo encontrado no Recreio dos Bandeirantes era do jornalista foi dada no dia 16 de fevereiro, quando o cirurgião-dentista Reynaldo Todescam, que atendeu o jornalista por mais de dez anos, identificou o crânio como sendo o de seu cliente. Todescam alegou dificuldades para o reconhecimento pois o crânio apresentava a falta de dois dentes de ouro, seguramente arrancados depois do jornalista morto.

Operação "O Cruzeiro"

As ligações de Baumgarten com o SNI aparecem quando o jornalista preparava o relançamento da revista "O Cruzeiro", recém adquirida por ele. O jornalista dirigiu-se ao general Newton Cruz para que o SNI intercedesse junto aos órgãos governamentais para que esses anunciassem na revista.

Posteriormente foi confirmada a sustentação publicitária de "O Cruzeiro" no período em que Baumgarten foi seu proprietário, com maciça publicidade oficial. Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, BNH, Nuclebrás, Vasp, Governo Paulo Maluf, Zona Franca de Manaus, e mais alguns governos estaduais patrocinaram a revista com farto material publicitário. Anúncios de empresas privadas na revista eram quase inexistentes. Documentos indicam que o SNI, através de suas agências estaduais, teria pressionado governos estaduais e empresas públicas a anunciarem na revista.

Bem relacionado

Baumgarten participou da conspiração contra o Governo João Goulart, juntamente com militares. Conforme depoimentos de amigos, o jornalista nunca escondeu seu bom relacionamento com os meios militares e principalmente com a chamada "Comunidade de Informações". Alexandre Von Baumgarten recebeu as mais altas condecorações militares do País. "Medalha do Mérito Tamandaré" em 1972, "Medalha do Pacificador", em 1976 e a "Ordem do Mérito Militar", no grau de oficial, outorgada pelo presidente da república em 1977.

O governo Federal, políticos do PDS, os ministros militares e demais ministros insistem em que a morte do jornalista é apenas mais um caso de polícia, negando o caráter político do assassinato, que possivelmente envolve elementos do Governo ou estreitamente ligados a ele.

Dossiê

A revista **Veja** publicou, no início de fevereiro, um dossiê escrito por Baumgarten em outubro do ano passado, para ser divulgado caso algo lhe acontecesse. No dossiê, Baumgarten dizia estar informado de que sua eliminação física já estava decidida no SNI, não sabendo, apenas, se a decisão fora tomada pelo general Octávio de Medeiros ou pelo General Newton Araújo de Oliveira Cruz. De acordo com um diário atribuído a Alexandre Von Baumgarten, "A Operação O Cruzeiro" que envolvia a compra da revista já em situação financeira abalada, pelo grupo AMA, de propriedade de Antonio Abissamra, foi decisão pessoal do general Octávio de Medeiros, numa negociação difícil, já que Baumgarten se recusava a entregar a revista a Capemi.

Novos envolvidos

Os desdobramentos do caso revelam novos nomes a cada dia. Alexandre Von Baumgarten residia num apartamento de propriedade do empresário Ronald Guimarães Levinshon, diretor superintendente do Grupo Delfin, que se encontra sob intervenção federal e beneficiário do escândalo BNH/Delfin.

A Capemi adquiriu o direito de realizar o desmatamento na área a ser inundada pela hidrelétrica de Tucuruí por interferência de Antonio Abissamra, assessor de relações públicas do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e hoje proprietário da revista "O Cruzeiro". É casado com uma prima do general Newton Cruz. Roberto Amaral, diretor de comercialização do IBDF, e responsável pela análise do processo da concorrência e pela alteração do edital que favoreceu à Capemi, é hoje o responsável pelo órgão criado pelo IBDF, que fiscaliza desmatamento de Tucuruí. Também contribuiu para o favorecimento à Capemi o ex-presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), Thoshio Shibuya, entidade avalista da Capemi para obtenção de crédito de 100 milhões de dólares junto ao Banco Nacional de Paris. Em seu dossiê, Baumgarten revelou ainda que, com as crescentes dificuldades financeiras da revista foi obrigado a negociar com agiotas, sendo que o mais caro deles foi Marciano Blay Bitencourt, primo do general Dirceu Bitencourt, do SNI.

Segundo o próprio jornalista assassinado, em seu dossiê, ele passou a sofrer ameaças mais sérias, sendo, inclusive, vítima de um atentado frustrado no ano passado ao ser cercado por dois homens que lhe aplicaram uma injeção nas nádegas contendo líquido venenoso. Nessa ocasião ele havia anunciado sua disposição de revelar as operações irregulares que envolviam a Capemi agropecuária, empresa do Grupo Capemi, com estreitas ligações militares.

Embaraços

O líder do PT na Câmara, deputado Airton Soares, está colhendo assinaturas para instalar uma comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar o possível envolvimento do SNI no "caso Baumgarten".

O PMDB, apesar das vacilações de alguns de seus integrantes, decidiu apoiar a instalação de uma CPI para o caso. O PDT também apoia a iniciativa. O PDS, por seu lado, manifestou-se contra a instalação da CPI, alegando que a morte do jornalista não tem implicações políticas, apesar das denúncias envolvendo os generais do SNI. Os líderes do partido governista anunciaram que o PDS vai tentar, de todas as formas, impedir a instalação dessa CPI.

Até o momento nada foi esclarecido. Ninguém dá respostas para a ligação do caso Baumgarten com a Capemi, as denúncias ao SNI e a seus generais, o apoio publicitário de empresas governamentais e governos estaduais à revista de Baumgarten, o desaparecimento do barqueiro, da mulher do jornalista, como também o barco, o desmentido de um barqueiro (um dia depois de ter afirmado que vira o barco em que viajava o jornalista ocupado por cinco pessoas e não por três, como se supunha inicialmente), a troca de identificação dos corpos no Instituto Felix Pacheco, a morte misteriosa de Heráclito de Souza Fafe, vítima de uma injeção venenosa aplicada por três homens, semelhante ao que ocorrera na tentativa frustrada contra Bumgarten, somado a isso a declaração da esposa de Fafe que seu marido mantinha conversas telefônicas com um tal Alexandre, e as denúncias de parlamentares de que têm sido vítimas de pressões governamentais para que não apoiem a instalação de uma CPI para o caso Baumgarten.

Palanque

Quem é quem

Na festa que foi a posse dos novos governadores, eleitos em 15 de novembro, uma nota destoante. É significativa: a começar por Tancredo Neves, peemedebista mineiro, todos se apressaram a telegrafar para o general Figueiredo, com graus maiores e menores de louvações.

Alguns peemedebistas de oposição foram os primeiros a chiar. Afinal, da boca para fora o PMDB se pronunciou contra a trégua pedida por Figueiredo, mas, bem dentro do coração... é a conciliação.

Acordo com o PDS

O PMDB, aliás, varia muito de lugar para lugar: parece a antiga UDN. Em Diadema, os peemedebistas estão se esmerando. Primeiro, foi o episódio da eleição da Mesa da Câmara Municipal. O prefeito é do PT, e a maior bancada também. Mas o PMDB fez um acordo com o PDS e conseguiu não deixar ninguém do PT ir para a Mesa. Agora, o PMDB está buscando pelo em ovo de galinha para tentar impugnar os secretários petistas, com o estranho pretexto de que eles não têm currículo...

Quem entende de currículo é o SNI.

Quase acordo

Para a eleição da Mesa da Assembléia Legislativa de São Paulo, o PMDB também quase faz um acordo com o PDS... A bancada peemedebista estava dividida em três blocos, que na verdade eram só dois: a favor e contra o Montoro. No meio dessa briga maior, outra menor: muitos deputados do PMDB estavam dispostos a fazer um acordo com o PDS para deixar o PT de fora da Mesa. Mas as brigas internas obrigaram o PMDB a buscar o apoio do PT, e o líder da bancada petista, deputado Marcos Aurélio Ribeiro, conseguiu firmar um protocolo sério: contra o PDS, e um petista na 2ª Secretaria. Foi o deputado Sérgio dos Santos.

Começa bem

Começa bem o novo secretário de Segurança do Governo Montoro: já no dia da posse, ameaçou baixar o sarrafo no povo que protestava contra o locaute dos empresários de ônibus. Empresas dos bairros mais populosos haviam retirado os ônibus de circulação e os trabalhadores estavam se ferrando.

Quando o povo começou a quebrar e incendiar os veículos, aí todo mundo acordou. O "Estadão" transcreveu declarações de um diretor da empresa dizendo que os autores eram "baderneiros do PT"; mas o "Estadão" preservou a segurança do diretor, não lhe publicando o nome. O presidente do PT em São Paulo, Djalma Bom, desmentiu que o PT estivesse "atiçando o quebra-quebra", mas mostrou que o povo é que não aguenta mais.

E o secretário de Transportes da Prefeitura — também do Governo Montoro — no dia seguinte resolveu o problema: autorizou o aumento das tarifas, isto é, atendeu os empresários. Já os trabalhadores....

Fim de carreira

O ex-senador Evandro Carreira, do Amazonas que chegou a entrar no PT no período pré-eleitoral, mas acabou se desentendendo com as bases porque não queria obedecer a democrática interna do Partido, não foi reeleito. E, depois disso, foi nomeado para um alto cargo no Senado, por interferência direta de Jarbas Passarinho. Quando a direção nacional do PT se preparava para examinar o pedido de expulsão de Carreira, ele resolveu pedir demissão do PT.

Malufadas

O líder da bancada federal do PT, deputado Airton Soares, conseguiu desmascarar uma manobra que colocava o ex-governador paulista Paulo Maluf na presidência de um "instituto de pesquisas" do Congresso. Airton não se limitou a lançar acusações vagas contra Maluf: mostrou o estatuto alterado da entidade e provou que Maluf não poderia ser indicado presidente. O líder petista matou a cobra e mostrou o pau e a cobra morta. E Maluf teve que ficar quieto.

Já com as acusações que lhe fizeram os secretários do Governo Montoro, vagas, imprecisas e sem provas — embora provavelmente corretas — Maluf está roncando alto. E enquanto as provas não forem exibidas, Maluf vai ganhando pontos na sua corrida para a Presidência da República.

Não dá para brincar com fogo. O jogo é muito pesado e tem de ser enfrentado com competência...

As lideranças

Na Câmara dos Deputados, o Partido dos Trabalhadores está assim: líder: Airton Soares; 1º vice-líder: Eduardo Matarazzo Suplicy; 2º vice-líder: Irma Passoni. O deputado federal Djalma de Souza Bom ficou com a presidência da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Eduardo Matarazzo Suplicy integra a Comissão de Economia. Na composição da Mesa da Câmara, o PT ocupa a 3ª suplência, com o deputado José Eudes.

Na Câmara Municipal de São Paulo é assim: líder: Luiza Erundina; 1º vice-líder: Claudio Barroso (Capeta); 2º vice-líder: Teresa Lajolo. Na Mesa da Câmara o vereador João Carlos Alves é o 2º secretário. Cláudio Barroso preside a Comissão de Transportes e Luiza Erundina é presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de São Paulo. E, na Assembléia Legislativa, o deputado Sérgio dos Santos é o 2º secretário da Mesa. O líder é Marcos Aurélio Ribeiro.

Carajás: chegou a hora da revisão

O novo Congresso e os governadores podem fazer pressão sobre o Planalto

A província mineral de Carajás, no sul do Pará, é seguramente uma das regiões mais ricas em minérios do País.

Sómente do que já se conhece, graças às pesquisas de técnicos brasileiros, a região conta com as maiores reservas de minério de ferro do mundo, a maior jazida de cobre e a segunda maior jazida de manganês do Brasil, jazidas de ouro, níquel, estanho, alumínio e potencialidades em zinco, chumbo, urânio, molibdênio e outras substâncias. Na Amazônia estão localizadas 15% das reservas mundiais de alumínio.

Sem consulta

Com base nessas riquezas minerais, grande potencial para produção de energia elétrica, ricas florestas e facilidades de transporte, foi concebido o Programa Grande Carajás, de empreendimentos minero-metalúrgicos, energéticos, florestais e agro-pecuários.

Pricipalmente voltado para exportação e obtenção de divisas no Exterior para fazer frente ao crescente endividamento externo, esse Programa foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) em 19 de novembro de 1980. Mas não houve qualquer consulta à sociedade brasileira, nem ao menos no âmbito do Congresso Nacional.

Investimentos

O Programa Grande Carajás prevê um investimento do Estado para implantação da infra-estrutura (ferrovia, rodovias, hidrelétricas, portos e núcleos habitacionais) de 22,5 bilhões de dólares. E ainda prevê investimentos diretos de 39,5 bilhões de dólares, a serem trazidos por empresas estrangeiras, principalmente interessadas nas atividades mais lucrativas de transformação dos bens primários.

Segundo documentos oficiais, essas empresas seriam atraídas pela existência de recursos naturais abundantes, mão de obra barata, infra-estrutura implantada pelo Governo, incentivos fiscais, tributários (deixarão de pagar imposto de renda por dez anos) e financieros e pouco rigor da normas de controle ambiental

Parte do leão

A julgar pelos resultados esperados do Programa, tanto no que se refere aos benefícios econômicos, como no que se refere à quantidade de novos empregos gerados pelos vultuosos investimentos, pouca contribuição trará esse Programa para a região Amazônica e para o País. A parte do leão está sendo destinada, como sempre, às empresas estrangeiras, e as riquezas da Amazônia estão sendo leiloados lá fora, como forma de permitir maior capacidade de endividamento externo para a economia dirigida pelo ministro Delfim Neto.

Conflitos

Os problemas sociais da região tendem a se agravar, os conflitos com os posseiros aumentaram nos últimos anos, as terras de várias tribos indígenas não estão sendo respeitadas e as populações atraídas pelos projetos — ao mesmo tempo que provocam a desarticulação das economias locais — tendem a aumentar os contingentes de marginalizados na periferia dos novos núcleos habitacionais.

Também não serão pequenos os problemas ambientais causados pelo desmatamento necessário aos projetos siderúrgicos e a poluição causada pelas indústrias, principalmente as de alumínio, que estão se implantando na região.

Até o momento as decisões sobre o Programa Grande Carajás estão sendo tomadas ente as quatro paredes do Conselho Interministerial e do gabinete do ministro Delfim Neto.

O PT condena a Lei de Segurança

E pede o fim da ROTA e do DOPS

O desmantelamento da ROTA e do DOPS, o combate à Lei de Segurança Nacional e a investigação das atividades do Serviço Nacional de Informações — são três das recomendações de luta contidas em moção aprovada pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, em sua reunião de fevereiro.

Ameaça permanente

É o seguinte o texto da moção aprovada:

"Considerando que a LSN é ameaça permanente ao livre exercício do direito de opinião, de organização e manifestação dos trabalhadores e do povo;

"Considerando que a vigência dos Serviços de Informações, especialmente do SNI já desmascaradas nas suas reais funções de instrumentos permanentes de perseguição política contra os trabalhadores e o povo, é ameaça constante aos anseios democráticos dos brasileiros;

"Considerando que a existência de novos presos políticos, após o advento da Anistia, vez que centenas de brasileiros, de diversos setores sociais (estudantes, professores, jornalistas, sacerdotes, sindicalistas, operários e posseiros) foram presos, processados e condenados pelos Tribunais Militares, cerceia e compromete a luta dos trabalhadores e do povo em busca de sua emancipação;

"Considerando que a intensificação da violência policial contra os trabalhadores, executada pelas forças repressivas federal e estaduais, de que a ROTA é vergonhoso exemplo, impõem a urgência de providências;

"Considerando que o Partido dos Trabalhadores tem dirigentes políticos como Luiz Inácio Lula da Silva, Jacó Bittar, Freitas Diniz, Francisco Mendes e João Maia processados perante a LSN e dirigentes políticos como o deputado José Cicote, o ex-deputado Benedito Marcílio processados perante o Supremo Tribunal Federal, estabelece para o PT a necessidade urgente de providências;

"O Diretório Nacional recomenda que:

"1. Aos Diretórios Regionais, Diretórios Municipais e Núcleos de base, que desencadeiem de imediato, campanha nacional de luta, pelo fim da LSN, pelo desmantelamento do aparelho repressivo — inclusive o SNI, as ROTAS, os DOPS, e outros — e pela liberdade dos companheiros petistas;

"2. A bancada federal do PT viabilize de imediato projeto de lei que revogue a LSN, e que busque a unidade do parlamento em torno dessa questão;

"3. A bancada federal do PT viabilize de imediato a constituição de CPIs sobre o funcionamento, reais objetivos, e práticas ilegais pelo SNI, ROTAS, etc."

PT na campanha contra o arrocho

Todos os militantes estão sendo convocados para entrar na luta nacional para derrubar o decreto 2012

Em abril — o dia ainda não foi marcado — o Congresso Nacional deverá discutir e votar o projeto enviado pelo Executivo no dia 25 de janeiro deste ano, e que consiste no decreto-lei 2012 — também chamado de decreto do arrocho.

Esse decreto modificou a política salarial para pior, pois fixou o INPC (e não o INPC **mais** 10%) como limite de reajuste para os que ganham de 1 a 3 salários mínimos, e que são a maioria dos trabalhadores do País.

Além disso, o decreto do arrocho vai achatando o salário dos que ganham mais de três salários mínimos. E praticamente acaba com a produtividade, que deixa o cargo da boa vontade das empresas.

Os trabalhadores, que já vivem mal, vão viver ainda pior se o decreto do arrocho for aprovado. Por isso, desde janeiro começaram a protestar e a mostrar que, se não estão contentes com a atual política salarial, estão ainda mais descontentes com a ameaça de uma nova política salarial.

Mas a resistência dos trabalhadores — e, principalmente, de muitos dirigentes sindicais — ainda não foi suficiente para fazer o Governo voltar atrás.

Campanha nacional

Em vista disso, o Partido dos Trabalhadores — que protestou imediatamente, quando o projeto foi divulgado pelo Governo — decidiu intensificar a luta nacional da classe trabalhadora contra o arrocho salarial.

Na última reunião da sua Comissão Executiva Nacional — realizada nos dias 5 e 6 de março — O PT aprovou o plano de uma Campanha Nacional de Luta Contra o Decreto-Lei Salarial e o Desemprego, elaborado pela Secretaria Sindical Nacional.

Esse plano **(publicado na íntegra nesta página)** tem o duplo objetivo de reforçar a luta da classe trabalhadora contra mais essa exploração que os patrões e o Governo querem lhe impor, e, também, o de jogar todos os militantes do Partido, novamente, nas lutas populares, como forma autêntica de fazer o PT acelerar o processo de crescimento e reorganização.

Com diz a Circular 5/83, da Secretaria Geral Nacional, que divulgou o plano da Campanha para todos os Diretórios Regionais:

"Queremos chamar a atenção dos companheiros para o significado dessa campanha, que está voltada para trazer o PT de volta às lutas abertas, após a pausa que todos constatamos nos últimos três meses. É também uma campanha que reafirma a vocação do PT no sentido de voltar-se para as lutas sindicais e populares como eixo de sua vida política. Consideramos de fundamental importância que todos os companheiros, especialmente os dirigentes regionais, compreendam essa questão e se lancem inteiramente no fortalecimento da campanha junto aos Diretórios de base, núcleos e movimentos sociais".

Repúdio

O instrumento principal da Campanha é o manifesto intitulado "O Partido dos Trabalhadores Contra o Achatamento Salarial" **(publicado na íntegra na primeira página desta edição).**

A seguir, publicamos o texto do primeiro pronunciamento oficial do PT sobre o decreto-lei do arrocho salarial, emitido no dia 31 de janeiro deste ano:

"O Partido dos Trabalhadores vem a público para juntar-se ao movimento sindical e a todos os que se colocam contra mais esse ato de arbítrio que é o Decreto-Lei n.º 2012 de 25/01/83, que estabelece mudanças na política salrial e conclama os membros do Congresso Nacional a honrar os votos recebidos a 15 de novembro, quando a matéria vier para exame do Legislativo.

"Os 10% que eram pagos acima do INPC para os assalariados que recebiam até 3 salários mínimos, se não ajudavam muito, certamente farão falta. É verdade que o próprio salário-mínimo não recebeu estes 10% em seus três últimos reajustes, o que prejudicou os assalariados em geral e já anunciou as intensões do governo, agora postas em prática.

"A não reposição do aumento do custo de vida para todos os que recebem mais do que 3 salários-mínimos e a retirada dos 10% para os que recebiam até esse nível, constituem medidas destinadas unicamente a engordar o capital. Os trabalhadores só perderão com esse Decreto-Lei, pois parte alguma do que lhes será tirado reverterá em seu benefício.

"Mais uma vez fica claro o tamanho da chamada abertura. Se com as eleições houve gente que se iludisse quanto à possibilidade de democratização do país, a nova medida mostra a realidade do regime antidemocrático. Mais uma vez o Governo apoia-se no expediente de legislar com decretos, aproveitando o recesso parlamentar.

"O argumento oficial é de que os trabalhadores não serão prejudicados. Se assim fosse, por que não chamar o movimento sindical a participar da discussão? Por que não ouvir a opinião dos trabalhadores? Na verdade, se tudo foi feito a portas fechadas é porque seguramente nova medida só traz prejuízos ao trabalhador.

"O governo fala em manutenção do nível de emprego. Mas não avança um milímetro para diminuir o desamparo em que vivem os trabalhadores do fantasma do desemprego, enquanto os empregadores encontram, no Decreto-Lei, garantia para arrochar ainda mais os salários. Além disso, como argumentar com o aumento do nível de emprego, se todos sabem que a redução na massa de salários certamente há de reduzir a demanda? Como esconder que a diminuição da demanda só poderá trazer diminuição na produção e, conseqüentemente, mais desemprego?

"A "exposição de motivos" feita por Murilo Macedo e Delfim Netto fala que o objetivo final do governo é a livre negociação. Mas com o Decreto-Lei n.º 2012 de 25/01/83, são retiradas as poucas garantias salariais que os trabalhadores possuiam e permanecem em vigor todos os dispositivos que limitam sua liberdade de negociação, permanecem as restrições no direito de greve e à autonomia sindical.

"Em vista do exposto, o PT repudia mais essa medida do Governo Federal, que joga sobre os trabalhadores o peso da crise econômica e a incompetência dos administradores. E convoca todos os brasileiros a uma luta sem tréguas, em todos os níveis e através de todos os recursos, para derrubar o Decreto-Lei e evitar a concretização de mais esse golpe contra os direitos e a dignidade dos trabalhadores. São Paulo, 31 de janeiro de 1983. Partido dos Trabalhadores — Executiva Nacional.

Desemprego

E publicamos também a nota oficial do PT contra o desemprego, datada de 6 de fevereiro:

"O Partido dos Trabalhadores, em reunião do seu Diretório Nacional, vem expressar seu apoio à luta dos trabalhadores brasileiros que hoje, na Scania, na Caio, na Cobrasma, na Ferro Brasileiro S. A. no Grupo Delfin — ameaçados pela irresponsabilidade e malversação de recursos públicos de seus dirigentes — e em centenas de empresas estão tentando assegurar os seus empregos, sem redução de seus salários. Da mesma forma solidariza-se com os professores e funcionários públicos que reivindicam que seus salários não sejam arrochados.

"O PT denuncia a política econômica governamental de impor ao País a recessão, o aumento do desemprego, concomitantemente com a modificação da política salarial, com claros prejuízos para os trabalhadores. Para adotar estas diretrizes o governo considera os intereses dos credores e investidores internacinais do FMI, e obteve a aprovação das entidades patronais. Em nenhum momento considerou a opinião das entidades representativas dos trabalhadores. Quando os trabalhadores, como os da Scania, solicitam meios de negociação pelo diálogo, as portas lhes são fechadas com o apoio do governo e da repressão policial.

"O Partido dos Trabalhadores exige soluções urgentes que garantam reajustamentos salariais que acompanhem o aumento do custo-de-vida e os ganhos em produtividade, o emprego, novos empregos para os desempregados. O PT repudia a atitude do Ministro do Trabalho quando procura jogar os trabalhadores contra os dirigentes sindicais escolhidos democraticamente por seus companheiros. Brasília 6 de Fevereiro de 1983. Luis Inácio Lula da Silva, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores."

O PT precisa voltar-se novamente para a luta sindical direta (Foto: Vera Lúcia)

O plano não descarta greve geral

Caravana a Brasília

Contra o decreto de arrocho salarial, a Comissão Nacional PRÓ-CUT marcou o dia 22 como Dia Nacional de Luta, para a realização em todo o País, de atos de protesto, manifestações, e, onde possível, paralisações. Em muitos Estados, o Dia Nacional de Luta contra o Arrocho Salarial foi precedido de reuniões e assembléias de trabalhadores, bem como de vários pronunciamentos de dirigentes sindicais.

Além do Dia Nacional de Luta, vários sindicatos do País e as comissões estaduais PRÓ-CUT estão passando um abaixo-assinado que vai ser enviado às autoridades, manifestando-se contra o decreto-lei 2012.

E, no dia da votação do projeto no Congresso — cuja data ainda não foi marcada - os dirigentes sindicais de vários Estados deverão ir a Brasília, para fazer pressão sobre os deputados que queiram aprovar o decreto-lei 2012.

II Encontro Sindical é em junho

Repetindo, e aperfeiçoando, a experiência do ano passado, o Partido dos Trabalhadores vai realizar este ano o seu Encontro Nacional de Sindicalistas do PT, precedido de encontros regionais, municipais e por categoria.

As datas já estão marcadas: o II Encontro Nacional é nos dias 18 e 19 de junho, em lugar que ainda vai ser fixado. Os encontros estaduais devem ser feitos até o dia 12 de junho. O Estado de São Paulo já marcou o seu encontro estadual para os dias 9 e 10 de abril, e fixou a data de 3 de abril como último prazo para que se realizam os encontros municipais ou por categorias.

Pauta e participação

Abaixo, os planos elaborados pela Secretaria Sindical, fixando pautas e critérios de participação:

Foi mantido o Regimento do I Encontro, com uma pequena alteração nos critérios de participação (ver Circular 4/82 da Secretaria Sindical Nacional):

Art. 1º - O Encontro Nacional dos Militantes Sindicais do PT se regerá por este regimento.

Art. 2º - Participam do Encontro: 1. Os militantes do PT que ocupam atualmente cargos de direção em sindicatos ou entidades profissionais de categorias que não possuem sindicatos. 2. Os dirigentes sindicais cassados que sejam militantes do PT. 3. Representantes tirados em Encontros por Categoria (onde houver condição), por municipio ou por região, na proporção de 1 delegado para cada 10 presentes. Os delegados eleitos para os Encontros Estaduais serão automaticamente delegados ao Encontro Nacional. Participarão desses Encontros apenas os militantes do PT que sejam filiados aos sindicatos de suas categorias. 4. Os membros da Secretaria Sindical Nacional e das Secretarias Sindicais Estaduais. 5. Os membros do Diretório Nacional do PT.

Art. 3º - Tanto nas sessões plenárias como nas reuniões por grupos o pronunciamento de cada orador não poderá exceder a 3 minutos.

Art. 4º - Antes de se iniciarem os trabalhos de cada grupo, seus participantes elegerão um coordenador para dirigir os trabalhos e um relator.

Art. 5º - Os documentos do Encontro serão redigidos pelo representante indicado pela Secretaria Sindical Nacional e pelos relatores dos diversos grupos.

Art. 6º - Nas matérias controvertidas, a votação se fará após um pronunciamento contra e outro a favor, nesta ordem, ambos com duração máxima de 3 minutos, podendo-se elevar o número de oradores caso o plenário da sessão ou da reunião de grupo não se considere suficientemente esclarecido para votar.

Art. 7º - As propostas minoritárias que obtiverem pelo menos um terço dos votos nas reuniões dos grupos poderão ser levadas a plenário.

Art. 8º - Só serão submetidas a aprovação neste Encontro as teses que forem aprovadas por pelo menos um dos Encontros Estaduais, ou a proposta de texto elaborada pela Secretaria Sindical Nacional, com base nas teses regionais.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pela mesa, ouvido o plenário.

A pauta dos encontros de sindicalistas do PT é a seguinte:

I - CONCLAT 83 a) Discussão do Regimento, Carta de Princípios e Estatutos para a CUT, elaborados pela Comissão Nacional Pró-CUT, priorizando os pontos polêmicos: b) A posição e a ação do PT face à construção da CUT.

II - Propostas de ações concretas para enfrentar os problemas decorrentes da crise econômica. a) Prioridades: desemprego e política salarial. b) Formas de ação concretas: 1. mobilização e organização dos desempregados. 2. mobilização e organização dos trabalhadores rurais. 3. mobilização de categorias afins. 4. mobilização intercategorias. 5. mobilização com o movimento popular. 6. GREVE GERAL. c) Bandeiras e Reivindicações: 1. salário-desemprego 2. subsídios para os gêneros de primeira necesidade 3. por uma política de pleno emprego 4. redução da jornada de trabalho sem redução dos salários 5. reajustes trimestrais de salário ou automático a cada aumento de 10% no custo de vida 6. Reforma Agrária 7. Ensino público e gratuito em todos os níveis.

Contra o arrocho

1 Desenvolver ampla campanha de rua contra a nova lei salarial, promovendo comícios, panfletagens, reuniões diárias nas portas de fábricas, locais de trabalho, pontos de ônibus, estações de trem e metrô, praças públicas, etc.

2 Que nessa campanha o PT apresente suas idéias através de instrumento próprio, ou seja, o texto de panfleto, intitulado "O Partido dos Trabalhadores contra o achatamento salarial". **(publicado na 1ª página)**

3. Fortalecer as iniciativas do movimento sindical na luta contra esse Decreto, particularmente na questão das manifestações previstas para 22 de março e do Abaixo-Assinado expressando o repúdio dos trabalhadores.

4. Promover reuniões e concentrações prévias ao 22 de março e, nos locais onde o movimento sindical não for capaz de preparar esse dia de luta, assumir a iniciativa de sua convocação.

5. Sustentar que, nas discussões sobre as formas de luta a serem utilizadas para derrubar o Decreto, a GREVE GERAL é um instrumento que não pode ser afastado das cogitações. E que, para caminhar nesse sentido, é preciso reforçar a organização dos trabalhadores.

6. Ao nível da bancada federal, fechar questão contra o Decreto-Lei e trabalhar no sentido de comprometer os demais partidos oposicionistas com sua rejeição.

7. Propor, na Câmara dos Deputados, um esforço concentrado que permita examinar e votar rapidamente todos os projetos envolvendo reivindicações da classe trabalhadora.

8. Elaborar novos projetos na linha do recentemente apresentado pelo companheiro Suplicy, assegurando aos trabalhadores algum controle no cálculo do INPC.

9. Dedicar o próximo número do **Jornal dos Trabalhadores** especialmente ao lançamento desta campanha de luta.

10. Propor a realização de manifestações públicas em todo o país, no dia da votação do Decreto-Lei. Reforçar as iniciativas já definidas pelo movimento sindical nesse sentido (caravana à Brasília etc) e assumir a preparação das manifestações do dia da votação, ali onde o movimento sindical não tenha sido capaz de fazê-lo.

Contra o desemprego

1 Desencadear imediatamente uma campanha nacional contra o desemprego, mobilizando as bases e núcleos do PT para que desenvolvam ações no sentido de organizar os desempregados.

2 Desenvolver uma campanha nas esferas municipais, estadual e nacional para que os desempregados não paguem água, luz, telefone, transporte, impostos, prestações do BNH, etc. Combinar essa campanha com a apresentação de projetos de lei nesse sentido, pelas bancadas parlamentares do PT.

3 Levar a público as propostas do PT para acabar com o desemprego, elaborando um documento que expresse os principais pontos de uma política de pleno emprego. A Executiva Nacional deve solicitar aos economistas do PT que elaborem esse documento baseando-se no Projeto de Programa Econômico do Partido.

4 Apresentar projetos de lei, a nível federal, para criação de um fundo-desemprego, para a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, para garantir a estabilidade no emprego e pela conquista do reajuste trimestral ou automático sempre que o custo de vida subir 10%.

Agenda dos Trabalhadores

MARÇO			
★ Congresso de Servidores Públicos	20	São Paulo	SP
★ *Dia Nacional de Luta Contra o Arrocho Salarial, convocado pela Comissão Nacional PRÓ-CUT*	*22*	*Em todo o País*	
★ Assembléia dos metalúrgicos do ABC no Estádio de Vila Euclides.	27	ABC	SP
ABRIL			
★ *Data-base dos metalúrgicos do ABC*	*1º*	*ABC*	*SP*
★ Encontros por categoria, ou municipais, de preparação do Encontro Estadual de Sindicalistas do PT	até 3	Em todo o Estado	SP
★ *Ida de sindicalistas e trabalhadores de todo o País a Brasília, contra a votação do projeto de arrocho salarial*	—	*Brasília*	*DF*
★ Reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores	8/9	São Paulo	SP
★ *II Encontro Estadual de Sindicalistas do PT*	*9/10*	*São Paulo*	*SP*
★ Reunião do Diretório Nacional do PT	16/17	São Paulo	SP
★ *Começa a Semana do Índio*	*17*	*Em todo o País*	
★ Primeiro Enclat paulista de 83	21/24	São Paulo	SP
MAIO			
★ *Dia do Trabalhador*	*1º*	*Em todo o mundo*	
★ Reunião Plenária da Comissão PRÓ-CUT	5/6	Brasília	DF
JUNHO			
★ *Até esta data devem terminar os encontros estaduais preparatórios do II Encontro Nacional de Sindicalistas do PT*	12	Em todo o País	
★ II Encontro Nacional de Sincidalistas do Partido dos Trabalhadores	18/19	— —	
★ *Fim de prazo para as Pré-Convenções Municipais do PT*	*30*	*Em todo o País*	
JULHO			
★ Reunião do Diretório Nacional do PT	23/24	— —	
★ *Convenções Municipais do PT*	*31*	*Em todo o País*	
SETEMBRO			
★ Fim de prazo para as Pré-Convenções Regionais do PT	24	Em todo o País	
★ *Convenções Regionais do PT*	*25*	*Em todos os Estados*	
OUTUBRO			
★ Reunião do Diretório Nacional do PT	28	— —	
★ *Fim de prazo para a Pré-Convenção Nacional do PT*	*29*	— —	
★ Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores	30	Brasília	DF

A PARTICIPAÇÃO DO PT NO GOVERNO

Caso da Fabes gera polêmica no Partido

Há contras, com ou sem escolha

A possibilidasde ou não de membros do Partido dos Trabalhadores participaram dos Governos eleitos no dia 15 de novembro vem provocando discussões polêmicas entre os petistas de muitos Estados

Em São Paulo, o debate foi acirrado com um caso concreto, no âmbito da Prefeitura Municipal da Capital do Estado. Mesmo antes da posse do novo prefeito paulistano — sr. Altino Lima, do PMDB, e que era o presidente da Câmara Municipal — aventou-se a possibilidade de ser convidado um petista para assumir a Secretaria da Família e Bem Estar Social, também conhecida por Fabes. Essa Secretaria é estratégica, na Administração Municipal, porque lida com as populações das periferias, favelados, ocupantes de loteamentos clandestinos, etc.; além disso, nos últimos anos ela foi dominada por um secretário malufista que, além de coronel do Exército, praticou toda sorte de arbitrariedades, punindo funcionários, desrespeitando moradores e imprimindo um caráter autoritário e repressivo na sua administração.

Dadas as características dessa Secretaria, iniciou-se, entre funcionários entre os quais, numerosos petistas — e usuários (favelados e moradores -- um movimento para escolha do secretário por indicação feita através de reuniões, assembléias e eleições. Diante desse processo, já em curso, o Diretório Regional do PT em São Paulo adotou uma resolução segundo a qual participaria das eleições e, se o escolhido por esse meio fosse do PT, integraria o Governo Municipal. O nome petista que maiores apoios recebeu durante o processo de escolha foi o da vereadora petista Luiza Erundina, líder da bancada do PT na Câmara Municipal, assistente social, funcionária punida da Secretaria.

A resolução do Diretório Regional do PT em São Paulo, contudo, provocou discordâncias. Há, entre os petistas, os que são favoráveis à participação no Governo do PMDB, desde que eleitos por processo democrático, e não cooptados pelas instâncias superiores. E há os que são contrários à participação, independentemente da forma de escolha.

Por fim, o prefeito peemedebista Altino Lima não esperou terminar o processo de escolha do novo secretário pelas bases, e designou para ocupar a Pasta outra pessoa, do PMDB. Não obstante, a polêmica dentro do PT prosegue, por envolver questões de princípio e colocar em pauta os critérios de participação ou não no Governo.

Duas opiniões

A propósito do assunto, publicamos em seguida duas colaborações que foram espontaneamente enviadas a este jornal por dois membros do Diretório Regional do PT em São Paulo, e que discordam da resolução aprovada pelo DR.

"Não houve discussão interna"

Ao decidir a participação do PT na Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social (FABES), o Diretório Regional de São Paulo tomou uma posição que tem que ser debatida imediatamente pelo conjunto do partido. A ressalva feita, no sentido de que só aceitássemos o cargo oferecido pelo PMDB, "se o nome fosse escolhido em eleições pelos funcionários", não corrige o grave erro cometido.

A princípio, a primeira questão que tem que ser discutida é a respeito do funcionamento democrático do partido. Nós não terminamos ainda nosso balanço eleitoral. Nós não definimos a tática a ser empregada frente aos "governos de oposição". Nós não realizamos nenhum Encontro para debater estas questões.

Participar ou não dos governos? É fácil responder a esta questão? Ela é de pouca importância para a definição do futuro do PT? Tenho certeza que não. O País atravessa hoje uma grave crise. O governo se afunda em um mar de lama. A cada dia multiplica suas medidas anti-populares. Os governos estaduais são encabeçados por partidos que sempre classificamos como patronais. Mesmo sendo de "oposição", terão que governar sobre este quadro, pintado pela ditadura.

Definir nossa participação em seu secretariado, decidir "governar juntos" ou não é uma decisão de importância enorme para o PT. E ela só pode ser tomada depois de uma ampla discussão que seja incentivada para todo o partido. E não foi isso que ocorreu.

No Diretório estavam presentes 33 de seus 60 membros. Deles, 26 foram a favor da medida e 7 contra. E ela começa a ser implementada. Antes que ela fosse tomada, propus na reunião uma moção que propunha a abertura de discussão em todo PT até as eleições na Fabes, marcadas para a última semana de março. Foi rechaçada, sob o argumento de que já estava em curso um processo de consulta no partido. Só que tal consulta, os questionários, não só não foi ainda tabulada, como não toca no assunto em debate...

Ferida a democracia interna, decide-se encaminhar a participação no processo eleitoral na Secretaria. As eleições não passam de um verniz para disfarçar o que está em discussão. A primeira resposta tinha que ser dada à questão: é certo ou não governar com Montoro? Em caso de resposta afirmativa se poderia discutir a forma de escolhê-lo. Mas, não: Para companheiros do Diretório as eleições são suficientes para descaracterizar a colaboração com o governo.

Para mim, não é assim. Nosso Secretário, eleito ou não, terá que trabalhar sob a orientação dos planos do PMDB. Terá que submeter suas propostas para a Fabes aos orçamentos e às prioriedades do PMDB. Terá que votar propostas anti-populares. E do lado de fora, nós petistas, teremos que tratar o governo de forma diferente, pois nós faremos parte dele.

Em meio a reunião, a Executiva nos informa que já "governamos juntos" em Catanduva. Logo, estaremos em um governo de Estado. Logo, poderemos chegar a ter as mesmas responsabilidades que o PMDB, e a estar num mesmo lugar com ele. Se isso acontece, para quê PT?

Exagero? São Paulo é referência para petistas de todo país. Se aqui aceitamos participar do governo, a porta está aberta para que se repita a decisão em todas as cidades. Sem que a discussão tivesse sido feita!

O fato ocorrido nesta semana, quando o PMDB acabou definindo entre seus militantes o nome do futuro Secretário, não liquida a discussão. Apenas aumenta nosso tempo para debater. A questão é da mais alta importância. Porisso, coloco a público minha opinião. Acho que é uma posição responsável. Enquanto membro do Diretório Regional não creio que possa me calar ao ver nosso PT se integrando à governos que não são dos trabalhadores.

Não coligamos com os outros partidos durante as eleições. Não podemos fazê-lo no governo. Como diz a própria resolução do Diretório Regional de 30 de janeiro, teremos que ser oposição. É a única via que possibilita a construção independente do PT.

Os núcleos e Diretórios estão com a palavra.

Celso Marcondes,
membro do DR do PT em S. Paulo.

"Todos devem debater"

A aceitação, pelo Governo Montoro, de eleições para indicar o Secretário da Fabes não parece coisa lá muito fácil, a começar pelo procedimento do prefeito-interino Altino Lima, que se recusou a receber uma comissão de funcionários pró-eleição dias antes de sua posse. Há, também, o processo pelo qual Montoro indicou todos os componentes de seu governo estadual, da mesma forma que os "secretários-provisórios" da Prefeitura de São Paulo: de cima para baixo, sem se preocupar com a realização de consultas mais amplas.

Independente de seu desdobramento, porém, a eventual disputa de eleições em uma secretaria colocou alguns problemas de extrema importância para o PT em São Paulo e em todo o Brasil. Tratada pela maioria da Comissão Executiva e do Diretório Estadual (26 votos a 6) como uma questão específica, dado o grau de mobilização existente entre os seus funcionários, a FABES, ao contrário desta posição, nos remete inexoravelmente a um debate de caráter geral ainda não concluído pelo PT: como se relacionar com os governos de oposição.

O Diretório Estadual tomou decisão precipitada ao concordar com a reivindicação de eleições para a Fabes, aceitando disputá-las formalmente. Afinal, é essa a perspectiva que de agora para a frente vamos apresentar a todos os funcionários de secretaria de estado ou municípios que realizarem processos amplos de mobilização? Se adotarmos essa posição, vamos ter de responder a uma outra pergunta: como fica a participação da população usuária — **principal interessada** — nestes processos eleitorais? No caso da FABES, admite-se como praticamente impossível a participação dos usuários na eleição em igualdade de condições com os funcionários. Afinal, a população que utiliza os serviços dessa secretaria é constituída por milhões de pessoas, isto é, pelas famílias que ganham até cinco salários mínimos, conforme estimativas. Diante de tais dificuldades, como devemos agir? Propor à população que ela delegue aos funcionários a sua oportunidade de escolher?

Outra pergunta óbvia que merece ser feita com relação à FABES ou qualquer outra secretaria: se reivindicamos eleição para os seus titulares, vamos também discutir e apresentar planos de reformulação de suas estruturas, anulando sua natureza de órgão de colaboração do governo? Ou vamos abrir mão do princípio democrático de que quem é eleito só deve prestar contas a quem o elegeu? É forçoso reconhecer a incompatibilidade entre um secretário eleito e os demais componentes do governo municipal ou estadual do qual ele fará parte, todos indicados como nomes de confiança de um prefeito ou governador.

Não se trata de recusar aprioristicamente uma eventual participação em governos de oposição como se essa fosse uma questão de princípio, do tipo "não queremos entrar para não sujar as mãos". Esse, para mim, é um problema de tática, uma opção política que pode até vir a ser adotada pelo partido em determinadas circunstâncias, face a necessidade do movimento dos trabalhadores. Mas, no momento, uma coisa está bastante clara: todo o PT deve discutir, o mais amplamente possível, o relacionamento com os governos de oposição. Nada que se referir a esse assunto pode ser tratado como caso particular; temos a obrigação de definir uma política geral capaz de orientar nossa atitude diante de cada situação. Ainda que possam existir diferenças de Estado para Estado ou entre municípios, é preciso, como ocorreu na campanha eleitoral, que nós militantes tenhamos condições de, pelo menos no fundamental, falar a mesma língua.

O contrário disso só poderá acarretar confusão e semear boatarias e, o que é pior, abrir o nosso flanco, como ocorreu na questão da FABES, para ataques da imprensa burguesa (Editorial da "Folha de S. Paulo" do dia 23/02). Também pode levar a decisões precipitadas de militantes e, mesmo, de Diretórios Municipais, que geralmente são alvos de intensas pressões locais. Neste caso, em particular, a nossa inexperiência e a falta de uma política clara, produto de uma discussão coletiva, podem acabar determinando rumos nem um pouco desejáveis ao nosso partido.

José Américo Dias,
membro do DR do PT de São Paulo

O PT vai renovar suas direções já neste ano

Marcadas as datas para pré-convenções e convenções

O Partido dos Trabalhadores vai fazer as suas Convenções para renovação dos Diretórios este ano mesmo, sem qualquer prorrogação.

A decisão foi tomada pela Comissão Executiva Nacional do PT, na sua reunião de Brasília, realizada no dia 4 de fevereiro, e foi referendada pelo Diretório Nacional, reunido nos dias 5 e 6.

A resolução, com as respectivas datas, já foi encaminhada pelo presidente e pelo secretário geral do PT, respectivamente Luiz Inácio Lula da Silva e Jacó Bittar, ao ministro presidente do Tribunal Superior Eleitoral, sr. Pedro Soares Munhoz, no dia 25 de fevereiro.

As datas

Ao fixar as datas (veja quadro ao lado) das Convenções distritais, municipais, regionais e nacional, o Diretório Nacional do PT também marcou as datas dos encontros ou pré-convenções, que precedem aquelas.

Essas pre-convenções são uma demonstração da democracia interna do Partido, pois permitem não só que delas participe um número de delegados muito maior do que nas convenções estabelecidas por lei, mas também são a ocasião da discussão e votação de propostas políticas, planos e resoluções.

O responsável pela Secretaria Nacional de Organização do PT, Freitas Diniz, está elaborando manuais de instruções para as pré-convenções e convenções, que remeterá brevemente aos Diretórios Regionais.

Mesmo antes disso, porém, a direção nacional do Partido tomou a resolução de divulgar os critérios de participação nas pré-convenções.

As razões

Ao fixar as novas datas das pré-convenções e das convenções, a Secretaria Geral Nacional do PT elaborou uma resolução em que explica as razões pelas quais essas datas foram modificadas em relação a decisões tomadas ainda no ano passado.

A resolução é a seguinte:

"Levando em conta a impossibilidade legal e prática de realizar as Convenções Municipais na data anteriormente fixada, foi definido novo calendário para as Convenções que elegerão os novos Diretórios do PT.

"As Convenções Municipais ficam marcadas para 31 de julho, as Regionais para 25 de setembro e a Nacional para 30 de outubro.

Para atender às diferentes conjunturas estaduais do PT, o Diretório Nacional estabeleceu prazos mais largos para realização das Pré-Convenções, deixando a critério dos Diretórios Regionais a fixação das datas precisas. Decidiu-se que as Pré-Convenções municipais poderão ser realizadas de março até 30 de julho, enquanto as Regionais poderão ser marcadas de março até 24 de setembro, sempre a critério do Diretório Regional de cada Estado. A Pré-Convenção Nacional

Pré-Convenções	
Municipais	até 30 de julho
Regionais	até 24 de setembro
Nacional	entre 26 de setembro e 29 de outubro
Convenções	
Municipais	dia 31 de julho
Regionais	dia 25 de setembro
Nacional	dia 30 de outubro

será marcada posteriormente pela Executiva Nacional, entre 26 de setembro e 29 de outubro.

"Nos casos em que se decidir marcar a Pré-Convenção nas vésperas da Convenção Oficial, a direção correspondente deverá ficar atenta ao prazo de 20 dias para inscrição de chapas, conforme determina a lei. Uma possível saída para contornar o problema seria a determinação de que as chapas fossem inscritas tantos dias antes da Pré-Convenção quantos sejam necessários para observar o prazo de 20 dias da Convenção.

"Nos casos em que as Pré-Convenções se realizarem muito antes da Convenção legal (no Rio, por exemplo, as Pré-Convenções Municipais e as Regionais já estão marcadas para 12 e 19 de março, respectivamente) o Diretório estabeleceu a diretriz de que os atuais membros do Diretório renunciem tão logo sejam eleitas as novas direções. Com a renúncia, o Diretório de nível superior pode nomear os que forem eleitos na Pré-Convenção como Comissão para dirigir o Partido até a data da Convenção, evitando-se desse modo qualquer dualidade entre direção real e direção formal.

"Ficou a cargo da Executiva Nacional definir os critérios que deverão ser observados na realização das Pré-Convenções, escolha de delegados, inscrição de chapas etc. Aprovou-se remeter aos Estados os critérios que foram aprovados para o Regional de São Paulo, como base para as discussões.

Os critérios

A Comissão Executiva Nacional tomou a seguinte resolução sobre os critérios de renovação de diretórios, a serem adotados nas pré-convenções:

"Conforme ficou decidido na última reunião do Diretório Nacional, a Executiva Nacional decidiu encaminhar algumas RECOMENDAÇÕES aos Diretórios Regionais para serem levadas em conta quando da fixação dos critérios de participação, registro de chapas, escolha de delegados, etc, para as Pré-Convenções municipais e regionais. São recomendações que não pretendem ferir a esfera de competência dos Diretórios Regionais, mas assegurar um grau mínimo de homogeneidade a nível nacional:

"1. Nas Pré-Convenções municipais, distritais ou zonais, devem ter direito à participação e voto todos os filiados do PT na área, **à condição de estarem em dia com o pagamento de sua contribuição financeira mensal.**

"2. O quórum das Pré-Convenções municipais, distritais ou zonais deve ser fixado em 30% do número de filiados exigido na lei para aquele Diretório.

"3. É fundamental que os Diretórios Regionais estudem mecanismos de representação dos núcleos nas Pré-Convenções.

"4. Os Diretórios devem estabelecer critérios para registro de chapa que politizem o processo de renovação, inclusive favorecendo a apresentação de várias chapas. Desaconselha-se a repetição do esquema usado em 1981, quando constatamos um esforço geral para composição de chapas únicas.

"5. As chapas deverão ser registradas completas, pelo menos 15 dias antes da Pré-Convenção (e necessariamente 20 dias antes da Convenção) com a assinatura de todos os seus integrantes. Nenhum companheiro poderá assinar duas chapas. Cada chapa deverá apresentar, em uma única folha-ofício, a síntese de suas propostas e a relação de seus integrantes. O Diretório assegurará divulgação ampla e prévia dessa folha.

"6. Deverá ser assegurada à chapa que obtiver 20% dos votos da Pré-Convenção, participação proporcional no Diretório eleito.

"7. As Pré-Convenções de base, assegurado o quórum fixado no item 2, elegerão delegados à Pré-Convenção Regional na proporção de 1 para cada 21 filiados (ou um número superior a 21, conforme seja definido pelo Diretório Regional) naquele município ou distrito.

"8. Além dos delegados definidos no item 7, deverão ser escolhidos mais delegados conforme cresça o **comparecimento** às Pré-Convenções. Para cada 21 **presentes** (21 ou o número fixado pelo Diretório Regional para o item anterior) acima do quórum definido no item 2, será tirado mais um delegado, de modo a premiar o comparecimento maciço. Um exemplo para clarear: aquele município que tiver 420 filiados poderá tirar 20 delegados (se o Diretório Regional fixar o número 21) numa Pré-Convenção que obtiver o quórum do item 2. Suponhamos que o número mínimo de filiados exigido por lei seja 200. O quórum será 60. Com a presença de 60 será possível tirar 20 delegados. Para cada 21 presentes além desses 60 poderá ser tirado mais um delegado.

"9. Tanto no item 7 quanto no item 8 os delegados deverão ser tirados sempre **entre os presentes** à Pré-Convenção.

"10. Aos Regionais cabe regulamentar o critério para comprovação do número de filiados declarado. De qualquer modo, o número declarado deverá necessariamente ser correspondido no pagamento das mensalidades.

"11. As Pré-Convenções Regionais devem tirar delegados à Pré-Convenção Nacional na proporção de 1 para cada 1.000 filiados, de acordo com comprovação documental e atualização da contribuição mensal junto à Nacional, conforme o número declarado.

"12. À exceção dos Regionais onde a situação econômica e geográfica obriguem à realização das Pré-Convenções na véspera das Convenções, recomenda-se guardar certo espaço de tempo entre ambas, de modo a garantir a realização de uma nova tentativa de Pré-Convenção antes da Convenção oficial, na hipótese de não obtenção do quórum na primeira vez.

"13. No próximo mês de abril a Direção Nacional encaminhará aos Estados critérios complementares para a realização das Pré-Convenções Regionais, especialmente no tocante à fixação do número de membros do futuro Diretório Nacional e escolha de nomes para integrá-lo.

Reuniões, discussões, votações e chapas, novamente

Resolvido o caso do PT no Pará

O caso do Pará ficou definitivamente decidido, na Convenção Nacional Extraordinária do PT, realizada no dia 6 de fevereiro.

Por decisão unânime, os convencionais mantiveram a posição do Diretório Nacional, que, reunido no dia 7 de setembro do ano passado, resolvera dissolver o Diretório Regional do PT no Pará. O Diretório Nacional seguiu o parecer da comissão de ética presidida por Hélio Bicudo, pela manutenção da decisão, e apoiou-se no mérito da questão, apesar de estarem corretas as preliminares formais que indicavam a ilegalidade do recurso interposto por membros do Diretório Regional do Pará à decisão do Diretório Nacional.

Na reunião da Executiva Nacional de 6 de março, o dr. Luiz Eduardo Greenhalgh foi indicado para dirigir-se ao Pará a fim de reunir-se com os companheiros que deverão compor a Comissão de Reorganização do PT no Estado.

Como se recorda, o caso do Pará começou quando o antigo Diretório Regional — agora dissolvido — indicou à Convenção oficial, como candidato a governador, um nome que não era o que havia sido anteriormente escolhido na pré-convenção. Ao desautorizar essa indicação e dissolver o Diretório Regional, o Diretório Nacional quis enfatizar a importância que dá aos processos de democracia interna, sobre os quais não podem prevalecer decisões anti-democráticas, amparadas pelas regras que regem as convenções.

Instituto dá curso a líderes

O Instituto Wilson Pinheiro, órgão de estudos e pesquisas do Partido dos Trabalhadores promoveu de 17 a 22 de janeiro, no Município de Taboão da Serra, São Paulo, o I Seminário de Formação Política para os candidatos do PT a deputado federal, estadual, a prefeito e vereadores, sindicalistas e integrantes de movimentos populares.

Com base em um roteiro inicial o programa do seminário foi elaborado juntamente com os participantes. Paulo Freire coordenou os debates sobre linguagem e comunicação. Antonio Candido e Marilena Chauí coordenaram o debate sobre a cultura. A Economia (organização do trabalho, formação do capital, a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional — EML a dependência brasileira) contou com a presença de Paul Singer, Ladislau Dowdor, Marcio Campos e Luis Carlos de Menezes. Francisco Weffort, Marilena Chauí, Moacir Gadotti e José Álvaro Moisés coordenaram os debates sobre A Política. No último dia houve ampla discussão sobre o PT, suas propostas, com a presença de todos os debatedores.

O principal objetivo desse seminário, que contou com 35 participantes, em média, foi realizar essas discussões em caráter informativo e formativo, procurando, desse forma, incentivar e oferecer instrumentos para uma ampla participação política da classe trabalhadora.

Tribuna Livre

Uma crítica ao Projeto Econômico

Luis Valdo Leonel

Jornalista e militante do Núcleo Catão-Lapa do Partido dos Trabalhadores

O presente artigo é resultado de uma discussão do Núcleo Catão-Lapa do PT.

O documento "PT e a Economia" pode ser criticado a partir de vários ângulos. Por esta razão, em lugar de partir de algum capítulo ou problema em particular é necessário, antes de mais nada, destacar o eixo político que dá sentido ao documento. Este eixo está presente na "Introdução" que contraditoriamente é o capítulo mais breve de todos. Esta brevidade, no entanto, é suficiente para mostrar a concepção burguesa com a qual se elaborou um documento que se apresenta como essencial "do ponto de vista dos trabalhadores". Isto deve ser esclarecido cabalmente. Aqui, apenas tocamos nos pontos que estão desenvolvidos em outro documento que estamos elaborando.

Na Introdução citada o documento coloca que o socialismo é um objetivo de um "processo de democratização" a partir de cada local de trabalho, de cada escola, de cada hospital, etc... Esta é a chave da questão e é o que dá sentido a frases tais como o socialismo não será instalado "por decreto", nem será fruto de uma "política de governo", etc... O Estado, o poder, como aparelho de dominação centralizado da burguesia que precisa ser destruído já não existe mais. Existem "poderes", em cada local de trabalho, em cada escola, em cada hospital, etc... que serão conquistados progressivamente e como fruto de um "processo", através da "acumulação de vitórias"; isto nos conduziria "a largo prazo" ao socialismo. A questão do "longo prazo" não faz mais do que confundir porque, em qualquer prazo, o que se coloca aqui não tem nada que ver com o socialismo. Para se chegar ao socialismo o Estado burguês precisa ser destruído (enquanto que o estado operário extinguir-se-á no curso do processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas e da revolução internacional). Os autores do documento "extinguiram" o conceito de estado burguês e, porisso, a revolução nem sequer aparece como um problema. O socialismo não pode ser imposto por "decreto", ou por uma "política de governo", porque como modo de produção só pode surgir de um amplo desenvolvimento das forças materiais da produção a partir da industrialização capitalista a nível mundial. Não obstante, quando o documento diz que o socialismo não virá "por decreto", o que questiona não é isto e sim a revolução propriamente dita.

A única vez que menciona a "revolução socialista", na introdução do documento, é justamente para negá-la, uma vez que não será obra de um movimento gigantesco das massas, de realizada no Brasil; ou será preciso esperar que as massas miseráveis do país saiam da miséria para fazer a revolução? Toda verdadeira revolução é obra de um movimento gigantesco das massas, de um desespero que se transforma em explosão social quando "os que nada tem a perder" estão dispostos, inclusive, a dar sua vida para mudar de vida. A revolução só terá perspectivas e será socialista se a classe operária for capaz de se colocar à testa deste movimento e dirigi-lo em função dos seus interesses históricos e expropriar o capital e dar bases internacionalistas à revolução (é preciso explicar também a impossibilidade do "socialismo nacional"). Tudo isto é desprezado completamente e negado no espírito que marca os limites políticos de todo o documento. É por este motivo, e não pela divisão artificial entre "curto e longo prazo" que todas as medidas do documento econômico se detêm respeitosamente diante da propriedade privada e do estado burguês (concretamente, diante da ditadura, porque esta é a forma específica do estado atual que em nenhum momento o documento chama a destruir).

É claro que uma crítica ao documento sobre o PT e a Economia não deve se limitar a opor abstratamente o "socialismo operário" ao "socialiso burguês" que os autores do documento pregam, particularmente nesse momento quando atravessamos uma crise econômica sem precedentes. É preciso mostrar como esta crise coloca objetivamente a alternativa de uma maior expropriação dos grupos mais parasitários do capital — os grandes monopólios — da ruptura com o imperialismo. Neste sentido é ao "curto prazo" e à catástrofe que ameaça os explorados que tampouco o documento dá resposta, o que indica justamente sua inutilidade "do ponto de vista dos trabalhadores". Devem ser claramente explicadas e demonstradas todas as contradições de um documento que afirma da boca prá fora que não se trata de "gerir o capitalismo" quando este é justamente o conteúdo do documento.

Jair Meneghelli pensa nos anos anteriores: lotar o Estádio (Foto: Vera Lúcia)

Dia 27, Vila Euclides!

Os metalúrgicos querem fazer assembléia-monstro

Encerrando a campanha salarial deste ano, os metalúrgicos da região do ABC e Diadema estarão reunidos no dia 27 — o último domingo deste mês — às 10 horas, no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, para discutir a contraproposta apresentada pelos patrões. As negociações se iniciaram na primeira quinzena, quando foram encaminhadas à FIESP as reivindicações aprovadas em assembléia realizada pela categoria.

Segundo Jair Meneguelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, provavelmente não haverá acordo, pois, como todos os anos, os patrões apresentam propostas muito aquém das necessidades e das melhorias exigidas.

No sentido de encaminhar a luta e mobilizar os trabalhadores para essa assembléia — decisiva para a campanha salarial deste ano — a diretoria do sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema levou a discussão para as fábricas e esclareceu aos trabalhadores a importância de estarem unidos nessa luta. Com esse trabalho, a diretoria espera garantir a presença de pelo menos 70% da categoria, nessa que deverá ser a última assembléia da campanha salarial.

A proposta do peão

Na pauta de reivindicações aprovada em assembléia realizada no dia 26 de fevereiro, inclui-se a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho sem redução do salário, a recuperação das perdas salariais de abril de 1982 a março de 1983, em decorrência da elevação do custo de vida e a representação sindical, com a formação em cada empresa de uma comissão de fábrica.

Aos Governos Federal, Estadual e Municipal, foi apresentada outra pauta de reivindicações, onde se pede a revogação imediata do decreto-lei 2.012.83, de arrocho salarial, o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, o seguro-desemprego e a isenção de taxas de impostos ao trabalhador desempregado, que comprove tal situação mediante declaração de seu sindicato. Além disso, será solicitado ao Governo municipal o fornecimento de passe-desemprego, para a utilização nos transportes coletivos.

Paralelamente às atividades da campanha salarial, o sindicato convocou toda a população da região do ABC a participar do ato público do dia 22 — Dia Nacional de Luta — na Estação Ferroviária de Santo André, contra a mudança da política salarial.

Jair Meneguelli acredita que o Dia Nacional de Luta — marcado pela realização de atos públicos em todo o País — poderá ser um passo importante no sentido de unificar a luta da classe trabalhadora e de preparar a greve geral, que, segundo ele, é a única forma concreta de barrar a mudança da lei salarial.

Contra o locaute, o povo quebra ônibus

Empresas conseguem aumento

Moradores dos bairros Grajaú e Parque São Paulo, na zona sul da capital paulistana, reagiram violentamente ao boicote que as empresas particulares de ônibus urbanos promovem desde o começo do mês diminuindo o número de ônibus nas linhas em que operam, como forma de pressionar a Prefeitura conceder aumento no preço das passagens. As empresas querem passar dos atuais Cr$ 60,00 para Cr$ 75,00. Vários ônibus foram atacados na manhã do dia 16.

Aumentos

As empresas particulares iniciaram o boicote, com a diminuição de ônibus em circulação, desde novembro do ano passado. Mas foi nas últimas semanas que a situação se tornou crítica para os usuários. Várias empresas reduziram em até mais de 50% o número de ônibus em circulação.

Ainda no final do ano passado, os proprietários das empresas de ônibus atrasaram intencionalmente os salários dos funcionários, alegando dificuldades financeiras. Motoristas e cobradores entraram em greve até que seus salários fossem pagos, e os proprietários das empresas propuseram o aumento das tarifas. Em novembro, as tarifas passaram de Cr$ 37,00 para Cr$ 50,00. Na segunda semana de fevereiro as tarifas subiram novamente, passando a Cr$ 60,00. Caso seja concedido um novo aumento, elevando as tarifas para Cr$ 75,00, os aumentos dos últimos cinco meses chegam a mais de 100%.

A reação

A reação dos passageiros começou quando muitos deles aguardavam o ônibus para o trabalho por mais de uma hora. Os ônibus trafegam normalmente pela Av. Bororé a cada cinco minutos, mas na manhã do dia 16, circulava um ônibus da Viação Bola Branca a cada quarenta minutos. Os pontos de ônibus estavam totalmente lotados e nenhum ônibus parava para pegar novos passageiros, pois estavam com lotação completa.

Indignados com a situação, os usuários atacaram os ônibus que circulavam entre os números 500 e 1100 da estrada do Bororé. A Viação Bola Branca teve 27 ônibus danificados, dois deles totalmente destruídos pelo fogo. A Viação Bandeirantes e a São Luiz também tiveram alguns carros danificados.

Para resolver a situação a CMTC colocou carros especiais na linha, que foram saudados pelos manifestantes. Foi passado um abaixo assinado pedindo que a CMTC encampe a Viação Bola Branca.

Os proprietários das empresas particulares tentaram um encontro com o prefeito Altino Lima, que passou o caso para o secretário municipal de Transportes, Getúlio Hanashiro, o qual concedeu às empresas um aumento de tarifas. Elas agora custam Cr$ 65,00.

O PT

O Partido dos Trabalhadores, através de sua bancada na Câmara, distribuiu uma nota, negando as denúncias da Viação Bola Branca, de que foram elementos ligados ao PT que promoveram o quebra-quebra dos 27 ônibus da empresa.

A vereadora Teresa Lajolo criticou as declarações do novo secretário de Segurança Pública, Manoel Pedro Pimentel, que ameaçou usar a Lei e a força contra a população, caso aconteçam novas depredações. A vereadora ressalta que a posição de Pimentel é a mesma do antigo secretário. Para Teresa Lajolo, o secretário de Segurança, "antes de tomar medidas para defender o patrimônio das empresas, deveria garantir o patrimônio popular e a circulação dos ônibus".

A população sofre, com o transporte nas mãos dos particulares (Foto: Juca Martins/F 4)

A Santa Casa de Santos é reativada parcialmente

Oito meses parada por falta de verbas

CLÁUDIO MONTEIRO

O mais antigo hospital do País, a Santa Casa de Misericórdia de Santos, acaba de reabrir.

Após oito meses de fechamento — em que a população santista viu diminuir sensivelmente seu atendimento médico e o sistema de saúde da cidade caminhou para um colapso — o hospital foi reativado graças a um esforço conjunto de médicos, funcionários e dirigentes da entidade. O hospital está funcionando parcialmente, porém.

Falta de verbas

A paralisação ocorreu por falta de verbas, pela insensibilidade do Governo paulista, pelos atrasos constantes nos pagamentos dos convênios com o INAMPS. Durante esse tempo, no mínimo duas pessoas morreram em razão da sobrecarga que se verificou nos hospitais da cidade e municípios vizinhos.

Milhares de pessoas deixaram de ser atendidas. Pacientes que chegavam da periferia, muitas vezes sem dinheiro nem para a condução, recebiam a informação de que deveriam procurar outro pronto-socorro, pois aquele estava fechado.

Reativação

Os médicos residentes tiveram de travar verdadeira luta para conseguir residência em outras instituições hospitalares da região, sob pena de não completarem seus cursos. Ainda durante o período do fechamento, a Justiça Trabalhista deu ganho de causa aos funcionários, ordenando o pagamento de seus salários.

A Santa Casa de Santos volta a operar com duzentos, dos seiscentos leitos existentes. Mas já está prevista a reativação total dos serviços e atendimentos nas próximas semanas.

Entidade de funcionários perseguida por diretor

Com os primeiros resultados eleitorais que anunciavam a derrota eleitoral novembro do ano passado, que o Ipen Federal divulgou, já no dia 16 de novembro do ano passado, que o Ipen (Instituto de Pesquisas e Energia Nuclear) com data retroativa a 1º de novembro, estaria agora subordinado à CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear).

Entre as modificações imediatas, foi nomeado o coronel Durvaldo Gonçalves como novo superintendente do Ipen e verificou-se um aumento à perseguição de que sempre foi vítima a Diretoria da Associação dos Servidores do Ipen (Assipen).

Perseguições

Com a federalização do Ipen, teve início uma série de pressões sobre os funcionários do Instituto.

O cel. Gonçalves fez divulgar, na edição de 23 de dezembro do Boletim do Ipen 23, proibições a que estavam sujeitos os funcionários daquele Instituto.

Em seu boletim de dezembro, a Assipen divulgou um artigo que fazia críticas às 23 normas baixadas pelo cel. Gonçalves. Por causa dessas críticas a diretoria da Assipen foi punida com uma advertência escrita.

A punição foi feita com base na norma 16, por "... tratar de assuntos internos ou criticar a administração, superiores hierárquicos ou colegas".

Despejo

Em seguida, o cel. Gonçalves proibiu a circulação do Boletim Assipen e determinou que a Associação dos Servidores do Ipen abandonasse sua sede, nas dependências do Instituto, num prazo de dois dias.

A diretoria da Assipen vai apelar para a Justiça para garantir o direito de funcionamento da entidade nas dependências do Ipen e o direito de crítica dos funcionários, bem como assegurar o direito de circulação de seu boletim.

MALUFISMO

"Marinzão" aprovado: manobra

O "Marinzão", projeto apresentado pelo ex-governador de São Paulo, José Maria Marin, que efetiva em cargos em comissão certa de 15 mil servidores, foi finalmente aprovado na Assembléia Legislativa paulista por decurso de prazo no último dia 10.

Os beneficiados com a aprovação do projeto são funcionários que — na sua imensa maioria — serviram de cabos eleitorais ao ex-governador Paulo Maluf e a candidatos do PDS.

Vantagens

O "Marinzão" garante vantagens salariais aqueles que por mais de um ano, até a data de 31 de dezembro ocupassem cargos em comissão, função de direção ou supervisão, respondessem por cargo vago de direção ou estivessem ocupando cargo em substituição há mais de seis meses.

Esses funcionários são, na realidade, elementos de confiança do antigo governo do PDS:

Com o novo projeto, passam a ocupar cargos sem obedecer a nenhum critério de competência ou a concurso público.

Para a aprovação do "Marinzão" o PDS dificultou o trabalho dos parlamentares oposicionistas, não permitindo que o assunto fosse discutido e votado.

O ex-presidente da Assembléia, deputado Manteli Neto (do PDS) utilizou-se de todos os recursos, convocando, inclusive, seções extraordinárias no sábado e no domingo. Ele queria a aprovação do projeto por decurso de prazo, antes de 15 de março, quando o PDS ficou em minoria.

Reações

Marcos Aurélio Ribeiro, líder do PT na Assembléia, acusou o projeto de "efetivar funcionários que parecem verdadeiros fantasmas da administração pública, perambulando pelos seus corredores, sem atribuições definidas, recebendo elevados salários".

O líder do PMDB, deputado Luís Máximo, prometeu que o governador Franco Montoro recorrerá ao Judiciário para anular a aprovação do projeto, já que contraria a Constituição Federal.

E a procuradora Edyr Hoelz de Toledo impetrou um mandato de segurança contra o "Marinzão", alegando inconstitucionalidade do projeto, no que se refere à carreira de procuradores do Estado.

Prefeitura paulistana não resolve caso de enchentes

Nos últimos meses, as maiores chuvas

As chuvas que caíram nos últimos meses em São Paulo provocaram estragos incalculáveis nas lavouras do Estado, deixando vilas inteiras submersas, destruindo todos seus utensílios e um saldo de milhares de famílias desabrigadas. As deste ano foram das piores enchentes acontecidas em São Paulo, causando várias mortes.

Destruição

O rio Paraná, localizado entre o sul do Estado do Mato Grosso do Sul, a região de Presidente Epitácio, no Estado de São Paulo, e noroeste do Paraná, teve sua maior cheia dos últimos cinquenta anos. No dia 7 de fevereiro as águas do Paraná subiram onze metros acima do nível encobrindo 74 ilhas e destruindo completamente toda a lavoura da região. Vários animais foram arrastados pelas águas.

A cidade de São Paulo ficou praticamente paralisada em consequência das chuvas de 1º de janeiro. O terminal rodoviário do Tietê ficou ilhado, com todas as ruas que dão acesso a ele completamente cobertas pelas águas, paralisando suas atividades por quatro horas. O sistema de ônibus urbano também foi prejudicado, já que todas as avenidas próximas ao rio Tamanduateí, Tietê e córregos menores ficaram alagadas. Os trens de subúrbios da linha Santos-Jundiaí não circularam, pois estações e trilhos foram atingidos pelas águas. O Aeroporto de Congonhas foi interditado por mais de cinco horas. No início da noite o trânsito da Capital chegou a ficar completamente parado.

Perigo

Já há muitos anos São Paulo tem sido vítima de frequentes enchentes mas a Prefeitura, apesar das promessas dos vários prefeitos que por lá passaram, nunca solucionou o problema.

Ainda como consequência das enchentes, já foram registrados surtos de doenças que causaram até mortes. Várias pessoas encontram-se hospitalizadas, algumas em estado grave.

A bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Municipal de São Paulo formou uma Comissão de Inquérito para apurar as responsabilidades pelas consequências das enchentes na Capital.

Alagados protestam

A construção de 25 barragens no curso do rio Uruguai (entre Brasil e Argentina) resultará no desalojamento de dois milhões e quinhentos mil habitantes. E os moradores de Carlos Gomes, divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul exigem que as 85 famílias da comunidade sejam transferidas para um mesmo local. Segundo os moradores, a Eletrobrás não aceita a negociação coletiva, preferindo o acerto individual e diferenciado, pois aumenta a margem de manipulação dos dados e dos fatos por técnicos e autoridades.

Rádio Peão

Servidores

Os servidores públicos do Estado de São Paulo marcaram seu segundo congresso para os dias 18, 19 e 20 desse mês, na sede do Sindicato dos Químicos de S. Paulo.

Durante o Congresso três pontos foram considerados como principais para a categoria: 1) reajuste salarial de 120% (100% corresponde à inflação dos últimos 12 meses e 20% corresponde ao início da reposição das perdas salariais nos últimos anos; 2) negociação direta com o Governo Montoro através da comissão de negociação, eleita pelo Congresso; 3) o reconhecimento das entidades do funcionalismo com direitos sindicais aos seus diretores e reajustes semestrais em março e setembro.

Os servidores públicos também aprovaram a proposta da Comissão Nacional Pró-CUT de greve geral contra o arrocho salarial e a política econômica do Governo federal; foram também aprovadas propostas de não pagamento da dívida externa e formação de Assembléia Nacional Constituinte.

Os servidores públicos tiveram perdas salariais de 190%, somente no governo Paulo Maluf. Nos anos anteriores, perderam mais 240% de seus salários. Nas reivindicações que serão entregues ao governador Montoro, os servidores reivindicam piso salarial de Cr$ 93.000,00 para a categoria e eleição livre e direta para todos os cargos de chefia, direção ou coordenação no serviço público.

Estado de greve

Em assembléia geral dos empregados da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), com a participação de mais de 1.500 trabalhadores, foi decretado o estado de greve da categoria.

O pessoal pode chegar à greve de fato, caso a diretoria da siderúrgica não recue em sua proposta de demitir 150 empregados por mês.

Desemprego

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Sul anunciou que 52 mil operários do setor estão desempregados, podendo chegar a 900 mil.

Apenas no mês de fevereiro 4 mil trabalhadores foram dispensados.

O Sindicato dos metalúrgicos informou que no Estado a categoria conta com 2 mil desempregados. No setor de alimentação 4 mil trabalhadores estão sem emprego.

Fim de greve

Os 350 empregados da metalúrgica Fichet, de Santo André, encerraram greve que durou 15 dias, quando a empresa pagou 40% dos salários atrasados desde dezembro para os mensalistas e desde janeiro para os horistas.

Metalúrgicos

Os metalúrgicos do Estado de S. Paulo estão em negociação com os 14 representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Dos 65 pontos trazidos pelos 31 Sindicatos do Interior para negociação com a Fiesp, mais da metade já estão resolvidos. São os pontos ligados às chamadas questões sociais.

Os pontos ligados ao índice de produtividade, estabilidade no emprego, já foram abordados e a estabilidade por um ano já foi recusada pelos patrões.

Para as questões ligadas ao salário ainda não existe nenhuma solução definitiva.

Os sindicatos dos metalúrgicos do ABC, Campinas, Itu e São José dos Campos realizam negociações separadas do grupo coordenado pela Federação dos Metalúrgicos.

Estatais

No simpósio preparatório do 4º Encontro Nacional de Trabalhadores em Empresas Estatais, com a presença de 114 representantes de 42 sindicatos e três federações de trabalhadores de 14 Estados, foram definidos os dois pontos principais da pauta do encontro: corte menor nos orçamentos das estatais e o repúdio da categoria ao decreto-lei 2012, de arrocho salarial.

Santos

Os ensacadores e carregadores de café do porto de Santos afastaram a possibilidade de greve da categoria já que os empresários atenderam às três principais reivindicações da classe.

Os trabalhadores da categoria conseguiram a garantia de emprego, a retroação da data-base de 9 para 1º de março a partir do ano que vem e reajuste salarial na segunda faixa do INPC — 39,71%, mais um fixo a ser calculado pelo Dieese para a categoria.

O TRISTE E O BELO

Ele já foi Tony Stevens. Hoje é Jessé. Só Jessé.

ASSIS ÂNGELO

Trinta anos. Nasceu em Niterói. Percorreu o Brasil. Gravou LP.

Ontem, era Tony Stevens. Uma voz, um nome.
— "Flying", "Remember"..

★

Digo que a música popular brasileira é riquíssima, e que todo mundo sabe disto, e se não sabe é porque não quer. Vejamos: tem samba, tem xote, tem baião, tem xaxado, tem maxixe. Tem tudo, como se vê, gêneros, rítmos à escolha do freguês. Tantos e tantos, praticamente inumeráveis. E ainda tem, como se não bastasse, bons, ótimos intérpretes — sem dúvida alguma: Nelson Gonçalves, E tinha: Orlando Silva, Vicente Celestino, Dolores Duran, Elis...

★

Hoje, é Jessé. Uma voz, grande voz.
— "Porto Solidão", "O Ilusionista", "Onde Está Você"...

★

Jessé Florentino Santos, 30 anos, carioca de Niterói; criado em Brasília e vivendo brasis afora, tal qual cigano nos melhores tempos, dizendo e cantando os sentimentos, as coisas da gente:

"O triste e o belo
Que vejo no mundo
Revelo e choro na minha canção"

("Sina de Cantador", de Sá-Guarabira)

Tony Stevens

Jessé escondeu-se por trás de um pseudônimo — Tony Stevens — durante pouco tempo, felizmente. A glória, o sucesso desse americano de mentira durou dois compactos simples. Jessé disse chega a Tony que se tocou. Inda bem. Imaginem os brasileiros cantando em inglês no Brasil. Uma praga! E era o que ia acontecer se Tony Stevens tivesse pego gosto pela carreira: voz clara, bem colocada, dicção e pronúncia impecáveis, ah!...

Foi em meados dos anos 70 que Jessé inventou pseudônimo para gravar. Nunca tinha gravado, era uma oportunidade. Anos 70, anos negros, perigosos, de som **discotheque**, de aperreio geral e alienação. Nem é bom lembrar. "Veio o convite para gravar em inglês e eu topei, era uma jogada puramente comercial, eu bem sabia", explica Jessé, "a nossa música estava muito por baixo e eu precisava sobreviver de alguma forma".

E a forma encontrada, na ocasião, foi gravar "Flying" e outras músicas do gênero.

Revelação

Pelo fato de ter gravado em inglês, Jessé não mostra nenhum pingo de arrependimento. Nem podia. Paciente, trabalhando sempre no propósito de tornar-se um intérprete de emoções genuinamente brasileiras quando aportou em nossas plagas o barulho da **discotheque**, o artista abandonou os palcos e foi trabalhar nos estúdios das gravadoras, ora como integrante de coro, ora como instrumentista em troca de pequenos cachês —, ele sabia, por intuição própria, que um dia sagrar-se-ia campeão. E esse dia, aliás uma noite chegou. No Maracanãzinho, Rio.

"Eu tinha acabado de gravar o meu primeiro LP", lembra Jessé, "quando, então, resolvi participar do MPB/Shell, da Globo, com a música 'Porto Solidão', de Zeca Bahia, até então um ilustre desconhecido. Para surpresa nossa, essa música foi classificada e eu indicado como o melhor intérprete do festival".

Isso foi em dezembro de 1980, prenúncio da glória do cantor. Dessa data prá cá, Jessé não parou mais. Já gravou três LPs e a cada mês faz, pelo menos, uma dúzia de **shows**.

A capa do novo disco de Jessé foi planejada e concluída por Elifas Andreato.

Poesia

Um canto de vida

Poeta Pescador

Cantar a vida,
Vida que é vida.
Vida de pobre.
Vida de ser submisso.
De lutar incessante.
Revoltar-se...
Mas guardar a dor comigo
Por não poder desabafar.
Sofrer sua amargura
Contra quem oprime
E sua tenalha:
Unir sangue com sangue,
Numa corrente dão a mão,
Para fortalecer a quem padece.

Nessa vigília da vida,
Cantar o poeta a arte de sofrer.
E significar não significa sofrer,
Pois quem padece é insignificante.
Então que terá na cabeça
Quem canta sofrer como canto de vida?
E que também padeceu ou sofreu
Quem agora procura mostrar
Que tem quem passa por cima de gente,
E ainda pisa e esquia,
Como lama em dias de chuva
A que procuram fugir,
Mas inevitavelmente pisam,
Limpam-se e deixam para trás.
A vida continua e ganha então significado
Quando se passa a luta para um objetivo,
E se vive em união e companhia de amigos.
Amigos realmente amigos que dividem o crer
E repartem comigo em todas as horas
A briga pelo pão, a de ser, de fazer,
Construir e dizer que sonhar todos sonham
Uniram-se, então, os jovens e os velhos,
Aproximaram-se os vivos e os mortos,
Mortos para a vida e para o crer,
Já que quem vive dentro deles nunca morreu.

Junta-se povo, terra e lugar,
Pois o povo é da terra
E a terra é do lugar,
O lugar é do povo
E a terra é do céu e do mar.

Imprescindíveis são os que lutam
E o fazem toda a vida.
Estes são os sentinelas:
Povo, artistas, amigos e irmãos.
Sentinela é o homem integrado na terra.
E este é o verdadeiro artista,
Que leva dentro de si mesmo
O sonho de vencer através da verdade.

Imperialismo

Eduardo G.D.

O sol, além da montanha,
E a sombra se projeta
Densa e tenebrosa.
Sobre o Vale das Ourives,
Privando a todos e a todos
Da luz, do calor, da vida...
fazendo da colina
Chuvosa fria.
E ao cair
De sombras, morte, dor
Escondendo a vida
Chuvosa cria e sofrida.
Ceifando de todos e escrita:
Deserdados e espoliados.
E, como se não bastasse tamanha desgraça,
Lançam-se em seus estranhos,
Da ganância dos predadores.
Os escorpiões e as víboras.

O sol, além da montanha
Que cada vez mais,
Se eleva imperiosa
Deixando a seus pés
Uma paisagem
Cada vez mais ingrata,
E um horror,
Cada vez mais monstruosa,
E que, ao se erigir,
Leva consigo
O brilho de sua pequena usurpação
Cercé todos vão
Nas trevas.
Sob esta égide
Devastadora e purificadora.
Até ver raiar
O vivo sol libertário,
A fulminar
Os usurpadores e os carcereiros,
E a vos dar,
Por vos mesmos,
A "Vitória Final"

Novas assinaturas e a situação do jornal

Depois de grandes dificuldades, os primeiros resultados

O *Jornal dos Trabalhadores* passou por um período de grandes dificuldades financeiras, o que provocou, entre outras coisas, considerável atraso na saída deste número 20.

A campanha eleitoral, mobilizando todos os recursos disponíveis do PT e, portanto, relegando a segundo plano as demais atividades, e, em seguida, o refluxo natural da época de festas de fim de ano e de férias, produziram o seu elenco de resultados negativos: caiu o volume de assinaturas e a venda avulsa do jornal; além disso, vários diretórios e núcleos deixaram de saldar suas dívidas para com o jornal, acarretando numerosos problemas administrativos e econômicos.

Enquanto isso, subiam implacavelmente os custos: preço do papel, custos gráficos, despesas de endereçamento e expedição, tudo isso agora piorado com a maxidesvalorização do cruzeiro.

A única saída para sobreviver nesse período foi tentar diminuir as despesas. Espaçaram-se as edições: de quinzenal, o jornal passou a sair mensalmente e, em fevereiro, foi preciso fazer uma parada. Enquanto isso, fizeram-se planos para reerguimento do jornal, inclusive para que pudesse ser retomada a sua periodicidade quinzenal.

Campanha de Assinaturas

A primeira etapa programada — e já em andamento — é uma campanha de novas assinaturas, e de renovação das assinaturas já vencidas, visando retomar o ritmo dos primeiros tempos do jornal, quando se chegou ao máximo de 500 a 600 assinaturas por quinzena.

A ampliação do número de assinantes, para garantir a continuidade das edições, é fundamental neste momento, enquanto não se resolvem problemas que dependem mais da estruturação do Partido (regularização e venda pelos núcleos e diretórios) ou de questões de infra-estrutura financeira ou administrativa (distribuição em bancas, divulgação, publicidade, etc.).

Agora, temos que contar, fundamentalmente, com o esforço dos militantes. Se atingirmos as metas fixadas na campanha, poderemos, contando basicamente com o movimento de assinaturas, garantir que o nosso jornal volte a sair todas as quinzenas. E que saia melhorado.

Por isso, convocamos todos os militantes a juntarem-se ao grupo de dedicados companheiros que já estão participando da campanha, enviando suas sugestões, divulgando a campanha e ajudando na distribuição e venda dos talões de assinaturas, formando grupos de apoio nos municípios, bairros, locais de trabalho, etc. Todos os que desejarem colaborar podem comunicar-se com o *Jornal dos Trabalhadores* por telefone ou por correspondência.

Resultados até agora

Lançada a 1º de fevereiro, começaram agora a aparecer os primeiros frutos da campanha de assinaturas.

E os resultados são animadores. Já recebemos cerca de 500 novas assinaturas, aproximando-nos bem da meta fixada para esta etapa inicial. Para esse resultado, colaboram tanto os nossos antigos campeões de vendas — os companheiros de Erexim (RS), Anápolis (GO), Mantena (MG), por exemplo, como grupos novos, entre os quais destacamos, só para exemplificar, na Capital de São Paulo os companheiros do Embu, da Bela Vista, da Penha, do núcleo de funcionários da USP; e, no Interior e outros Estados, os de Teófilo Otoni, S. Sebastião, Belém do Pará, etc.

Chegam assinaturas de parlamentares recém-eleitos, de vendedores ambulantes, de lavradores e de sindicatos rurais, mostrando a amplitude da receptividade que vem sendo encontrada pela campanha. Esses esforços precisam ser ampliados mais ainda para que o objetivo de ter um jornal forte e de boa qualidade seja atingido.

Vale a pena investir?

Apesar de todas as dificuldades, acreditamos que o *Jornal dos Trabalhadores* merece o esforço dos companheiros para sua manutenção e aprimoramento. O nosso jornal é o único instrumento oficial de divulgação do PT que atinge todo o território nacional. As 5.500 assinaturas que o jornal tem hoje distribuem-se por cerca de 500 Municípios, alcançando todos os Estados e Territórios, com uma única exceção: a do Território de Fernando de Noronha.

É certo que a maioria dos assinantes concentram-se em São Paulo (quase 50%) seguindo-se o Rio Grande do Sul (11%), Minas Gerais e Rio de Janeiro (9% cada um).

Mas não são apenas esses totais que interessam. Especialmente significativas são as quase 100 assinaturas de Rondônia, distribuídas por oito municípios daquele longínquo Estado. Ou as do Amazonas e Mato Grosso, também com mais de 100 assinaturas, apesar de todas as dificuldades e demoras da entrega dos exemplares pelo Correio.

Têm significado todo especial também o grande número de assinaturas feitas por Sindicatos de Trabalhadores Rurais, principalmente no Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Mato Grosso e as que alcançam as prelazias e casas paroquiais isoladas no meio da mata ou do sertão — Itacoatiara (AM), Inhopi (AL), são alguns exemplos.

Um jornal que é lido por um lavrador de Santana do Jacaré (MG), por um armeiro de Campo Grande (MS), por um carteiro dos subúrbios do Rio de Janeiro, por um "bar-man" da rua da Consolação (SP), pode, realmente, com o esforço e a dedicação dos militantes do PT, transformar-se num instrumento que agregue a classe trabalhadora no Brasil.

Ele ainda não alcançou esse ideal. Muitas críticas podem ser feitas ao seu conteúdo, forma, linguagem, distribuição de matérias. O *Jornal dos Trabalhadores* ainda está procurando fazer o melhor possível dentro de suas limitações de recursos e de infra-estrutura e dentro das próprias limitações do PT.

Atrasos

Procedentes também são muitas das queixas de militantes quanto a atrasos na remessa, demora na atualização de endereços, etc. Quanto a isso porém, podemos afirmar que o Jornal está fazendo todos os esforços para corrigir tais falhas.

Com a implantação do sistema computorizado de controle é possível, por exemplo, verificar imediatamente se determinado assinante está ou não cadastrado e se os dados para endereçamento estão corretos e completos. A atualização de endereços está sendo feita no momento mesmo em que a mudança é comunicada.

Se, apesar de tudo isso, ainda houver falhas, pedimos que ela seja comunicada imediatamente. O assinante tem o direito e o dever de reclamar. Reclamando ele está ajudando a corrigir os defeitos do funcionamento do jornal.

Carta enviada ao Jornal dos Trabalhadores pelo companheiro Luiz Gonzaga Cavalcante, de Carnaubais, no Rio Grande do Norte:

Companheiro, sou presidente do Diretório Municipal do PT de Carnaubais, e sou pedreiro. Recebi os cupons para assinatura do Jornal dos Trabalhadores.

Acho muito emportante o empenho nacional dos militantes do PT em vender as assinaturas do jornal.

Já conseguimos aqui em Carnaubais vender mais duas assinaturas, mas queremos enformar que devido as dificuldades econômicas daqui; descubrimos um meio de vender as assinaturas, o modêlo é o seguinte.

Enventamos um sorteio em que cada pessoa amiga ou militante entra com 100,00 Cr$ e concorre a assinatura. Já conseguimos mais 1 assinatura e vamos conseguir muito mais.

obs. Já temos 1 vimdida mas por motivo de deminuir as despesas no correio enviaremos quando vender-mos mais.

abraços Socialistas
Luiz Gonzaga Cavalcante.

FEIJÃO

FEIJÃO

Assine o Jornal dos Trabalhadores

Assinale o tipo de assinatura que V. quer e envie este cupom, corretamente preenchido, juntamente com cheque nominal, cruzado, em nome de **Jornal dos Trabalhadores,** rua Andréa Paulinetti, 558, Cep 04707, São Paulo, SP, Telefone (011).531-0618

Nome: .....

Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: (rua, número) .....

.....

CEP ..... CIDADE ..... ESTADO .....

☐ Cr$ 1.100,00 (12 números)
☐ Cr$ 2.200,00 (24 números)
☐ Cr$ 5.000,00 (**apoio,** 24 números)
☐ Cr$ 2.000,00 (**Coleção Completa,** do nº 1 ao nº 24)

Para o Exterior (12 números)

Grupo I — A. do Sul e A. Central — ☐ Cr$ 5.300,00 (US$ 13)
Grupo II — A. Norte, Port. Espanha — ☐ Cr$ 7.300,00 (US$ 18)
Grupo III — Resto do Mundo — ☐ Cr$ 8.900,00 (US$ 22)

JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I Nº 20 Quinzenal 20/3 a 14/4 de 1983 Cr$ 80,00

LÍDERES CONCLAMAM À LUTA

"Acumular forças para chegar à greve geral"

Todos juntos na campanha nacional contra o decreto-lei 2012, de arrocho salarial

Várias lideranças sindicais estão conclamando seus companheiros a se juntarem à Campanha Nacional contra o Arrocho Salarial. Eles querem ajudar a derrubar o decreto-lei 2012, e sabem que somente com mobilização e organização a classe trabalhadora poderá derrotar a investida do Governo e do patronato contra o povo. Por isso, eles têm uma mensagem de luta para os trabalhadores.

A palavra com os líderes:

Olívio Dutra — Sindicalista do Rio Grande do Sul e membro da Comissão Nacional Pró-CUT:

O arrocho salarial é parte de um processo de expropriação da classe trabalhadora articulado pelo Governo na defesa dos interesses da classe patronal. O decreto 2012 é o roubo ilegalizado e ainda tira de quem não tem e transfere para o bolso de quem tem, ou seja, os patrões.

Os trabalhadores exigem que esse decreto seja derrubado e no Rio Grande do Sul a movimentação é intensa para mobilizar os trabalhadores e a população. A Comissão Sindical e estadual com o apoio do Movimento Comunitário dos Partidos Políticos prepara as manifestações.

De manhã e ao final do dia o documento da Comissão Sindical em repúdio ao arrocho salarial é distribuído em porta de fábricas e durante o dia o documento é distribuído a toda a população. No final de semana está sendo feita a distribuição nas vilas. O PT está presente a esses acontecimentos, reforçando a luta do movimento sindical contra o arrocho e também contra a política econômica do Governo.

Estamos colhendo assinaturas para o abaixo assinado contra a mudança da lei salarial que será levado a Brasília pela Comissão Nacional Pró-CUT mas acreditamos que o fundamental é a mobilização geral. Esperamos contar com um grande acúmulo de forças para decretarmos uma greve geral.

A força da mobilização será avaliada na manifestação de 1º de maio. Sindicatos de todo o Estado estão formando caravanas para o 1º de maio em Porto Alegre, ocasião em que será apresentada a proposta de greve geral para o dia 26 de maio.

★

Demétrio Vilagra — Diretor do Sindicato dos Petroleiros de Campinas/SP — Estamos brigando pela derrubada do decreto que altera a lei salarial. Os trabalhadores estão pagando mais que os patrões por esse crime. Chega do tratamento diferenciado que o Governo dispensa aos patrões, protegendo suas fortunas e deixando a classe trabalhadora na miséria. Não queremos mais medidas paliativas.

Os patrões podem tudo. Até greve eles têm feito. Quando querem aumento no preço do leite o leite some da praça, quando querem aumentar as tarifas de ônibus, diminuem o número de carros em circulação. Não podemos ficar calados.

O Sindicato dos Petroleiros de Campinas está distribuindo na porta da refinaria Replan um boletim dando conta da situação do trabalhador e apresentando dados sobre a perda salarial a cada reajuste. Assinaturas também estão sendo colhidas junto aos trabalhadores pela Comissão Sindical Única (CSU) que coordenou as atividades para o 22 de março junto com os movimentos populares da região. O prefeito de Campinas receberá um manifesto e uma lista de reivindicações da população.

★

Agenor Narciso — Presidente do Sindicato dos Químicos do ABC

Esse decreto deixa a classe trabalhadora apreensiva. Vamos impetrar um mandato de segurança contra esse decreto e queremos a substituição dos ministros da área econômica.

Aqui na região do ABCD formamos uma intersindical que conta com 20 sindicatos que compõem o comando de mobilização dos trabalhadores e dos movimentos populares. Estamos nas ruas mobilizando a população, colhendo assinaturas para a Pró-CUT, distribuindo panfletos informativos sobre a política econômica do Governo federal. Estamos convocando todos os trabalhadores e a população em geral para grandes manifestações.

Temos a perspectiva de uma greve geral, mas como resultado de uma mobilização, apoiada nas lutas concretas. Esse é o remédio mais eficaz para derrubar o decreto que altera a lei salarial em prejuízo do trabalhador.

★

Antonio Flores-Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo:

Os trabalhadores não aceitam mudanças na lei salarial que sejam contra a classe trabalhadora. Os principais interessados não foram consultados. Essa é mais uma sujeira do Governo em cima do trabalhador.

Só conseguiremos barrar esse decreto com a mobilização da classe trabalhadora. Os metalúrgicos de São Paulo realizam assembléias nas portas de fábricas, onde o sindicato distribui panfletos e convoca atos públicos em repúdio ao decreto 2012.

No dia 29 desse mês acontecerá o Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo que terá como tema "O trabalhador e a crise". Acredito que desse Congresso sairá uma proposta de greve geral e da imediata substituição dos ministros da área econômica

★

José Cicote — Deputado Estadual do PT/SP:

O povo nunca é consultado na hora das decisões absurdas. Esse decreto que altera a lei salarial vem para tirar dinheiro do bolso de quem não tem. Quem está pagando essa crise são os favelados, os desempregados. A recessão caiu em cima da classe trabalhadora.

Os parlamentares do PT apoiam os trabalhadores, que hoje vivem de migalhas e por isso não aceitamos a trégua proposta pelo Figueiredo. Essa trégua não mata a fome do brasileiro. Por que o Governo não propõe uma trégua baixando os impostos, combatendo a inflação e o desemprego?

A nível de PT estamos mobilizando a população junto com os sindicatos participando de mutirões e campanha de mobilização nas portas de fábricas e junto a população.

★

Osvaldo Bargas — Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC:

A proposta de modificação na Lei Salarial é uma provocação à dignidade do trabalhador. Essa política salarial é fruto de um sistema capitalista que visa apenas o lucro e joga as responsabilidades de seus erros em cima da classe trabalhadora.

Os trabalhadores devem lutar não apenas contra esse decreto mas também contra toda a política econômica desse Governo.

O que o nosso sindicato tem feito de concreto é organizar nossa categoria em cima de suas lutas específicas e isso deve ser feito por todos os sindicatos e por toda a classe trabalhadora. O nosso repúdio ao decreto 2012 não vai se dar de maneira isolada. Nossa luta está vinculada com a alteração da lei salarial, a campanha salarial desse ano e a crise econômica. O sindicato dos metalúrgicos do ABC está realizando reuniões nos bairros, em portas de fábricas. Hoje, muitos falam em greve geral, mas, nas mobilizações da categoria, são pelegos. Somente a prática do dia a dia é que fortalece a greve geral e pressupõe um compromisso com a luta do dia a dia. No dia 27 os metalúrgicos do ABC participarão de uma assembléia no estádio da Vila Euclides para conhecerem a contra-proposta patronal.

★

Claudio Barroso (Capeta), Vereador do PT em S. Paulo:

Esse decreto é um absurdo. Não podemos apertar mais o cinto. Querem cortar o trabalhador pelo meio. Essa é mais uma articulação do regime golpeando a classe trabalhadora.

Como vereador temos realizado reuniões na Vila Prudente chamando a população para os atos de protesto. Vamos à rua para combater aqueles que não se preocupam com os trabalhadores. O governo precisa entender que o trabalhador é a força desse país e vive da miséria que é o salário de hoje".

★

Clara Ant — da Diretoria do Sindicato dos Arquitetos de S. Paulo e da Comissão Nacional Pró-CUT:

O Decreto 2012 do Figueiredo cumpre os compromissos assumidos pelo Governo com o Fundo Monetário Internacional que ainda exige novas medidas contra os trabalhadores como a maxidesvalorização. Só a organização e a mobilização unitária da população é que pode impedir essas ações do Governo.

A Comissão Nacional Pró-CUT vai a Brasília entregar ao presidente Figueiredo os abaixo-assinados que estão sendo coletados em todo o País e ainda um manifesto exigindo do governo federal modificações em sua política econômica. Esse manifesto será também entregue aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nos Estados, o manifesto será entregue aos governadores e aos prefeitos, juntamente com uma lista de reivindicações específicas do Estado e dos Municípios.

Para o governador Franco Montoro as reivindicações são pelo fim do desemprego, congelamento dos preços, reajuste salarial para o funcionalismo, estatização dos serviços de transportes coletivos e apoio do Governo para a realização do Conclat em agosto. O Governador terá um prazo para responder a essas reivindicações antes do dia 1º de maio.

A Comissão Pró-CUT de São Paulo tem feito comícios no centro da cidade, colhendo assinaturas para levar a Brasília e convocou a população para o 22 de março.

★

Expedito Soares — Deputado Estadual do PT/SP:

A semestralidade foi uma conquista dos trabalhadores, que em 1979 lotaram o Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, exigindo modificações na lei salarial. De um Governo ditatorial como esse não podemos esperar coisa muito diferente dos ataques que ele faz à classe trabalhadora.

O Governo domina a Câmara e o Senado e não tenho ilusão nenhuma de que o decreto 2012 seja revogado. Os trabalhadores estão pagando por uma crise que é do Governo e dos patrões.

Como deputado estadual, vamos lutar pelo reconhecimento do papel do trabalhador e denunciar o arrocho salarial e toda e qualquer mudança na política salarial que agrave ainda mais a situação do trabalhador.

Mas nossa luta contra o arrocho salarial não para aí: a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC, a perspectiva de uma greve geral e a preparação do 22 de março representam a luta do trabalhador contra esse decreto.

Eles são contra o arrocho

Expedito Soares, metalúrgico do ABC, hoje deputado estadual do PT (Foto: Rosa Gauditano)

Agenor Narciso, dos químicos do ABC (Foto: Nivaldo Almeida)

Clara Ant, arquiteta, da Comissão Estadual Pró-Cut de SP (Foto: Manoel Inácio)

José Cicotte, metalúrgico do ABC, hoje deputado estadual do PT (Foto: Samuel Iavelberg)

Olívio Dutra, bancário de Porto Alegre, vice-presidente nacional do PT (Foto: Protásio Nenê)

Protestos contra a manipulação do INPC

Associação de estatísticos lança uma nota

Não contente em baixar o limite do reajuste salarial para o INPC (e não o INPC mais 10%), o Governo fez outra manobra para aumentar o arrocho contra a classe trabalhadora: tentou manipular o próprio INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Felizmente, encontrou pela frente a dignidade e a coragem de técnicos que se recusaram a, mais uma vez, cumprir as ordens do Delfim Netto para manipular dados, e pediram demissão de seus cargos no IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Solidariedade

Por sua vez, a entidade de classe dos estatísticos — a Associação Profissional dos Estatísticos do Brasil — protestou contra a tentativa de manipulação do índice e solidarizou-se com os técnicos que se demitiram.

A Apeb divulgou a seguinte nota:

"Tendo em vista os recentes acontecimentos envolvendo a tentativa de manipulação do INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor — pelas autoridades governamentais, a APEB torna público:

"que repudia toda e qualquer manipulação de dados estatísticos, indicadores econômicos e resultados de pesquisas, sobretudo do INPC, que é o índice de reajustamento salarial dos trabalhadores:

"que mantêm ainda muito vivas na memória as consequências extremamente prejudiciais aos assalariados da manipulação dos índices de inflação ocorrida no ano de 1973;

"que a Fundação IBGE — como o usualmente adotadas pelas entidades responsáveis pelos cálculos dos indicadores sócio-econômicos do Brasil que busquem intencionalmente comprovar os "acertos" das diretrizes governamentais e das decisões oficiais;

"que as frequentes ocorrências dessas práticas de manipulação de dados, indicadores e parâmetros têm contribuído efetivamente para desprestigiar as técnicas e métodos estatísticos, ao mesmo tempo que implicam no descredenciamento dos profissionais de Estatística;

"que a Fundação IBGE como o órgão mais importante do Sistema Nacional de Levantamento e Estudos Estatísticos não pode — e não deve — ser transformado em uma simples "fábrica de resultados", conforme ditames e conveniências do Governo;

"que repudia a falta de acesso das entidades representativas das diversas categorias no processo de elaboração das estatísticas nacionais, bem como a coerção exercida pelas direções dos órgãos oficiais sobre os técnicos no sentido de obter resultados mais convenientes.

"Nesse sentido, a APEB manifesta publicamente seu irrestrito apoio e solidariedade aos técnicos que se recusaram a manipular o INPC, contrariando determinação por escrito do Presidente da Fundação IBGE, em especial ao colega Estatístico Marco Antonio Souza Aguiar, reconhecendo que atitudes desta envergadura contribuem para dignificar aqueles profissionais."

Em defesa dos índios e caboclos amazonenses

Diretório Nacional do PT aprova moção

Em defesa dos índios e dos caboclos do Amazonas, o Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores amazonense elaborou uma moção, que foi aprovada por aclamação na última reunião do Diretório Nacional do PT, realizada em Brasília, no dia 6 de fevereiro.

É o seguinte o texto da moção aprovada:

"Preocupados com a direção da política indigenista oficial que se tem caracterizado por projetos que põem em risco a sobrevivência das nações indígenas, queremos nos solidarizar com a nação Waimiri/Atroiari, cuja área será inundada pela construção da hidrelétrica de Balbina (AM).

"Desde o primeiro contato com os brancos, estes povos vêm sofrendo a diminuição de suas terras e de sua população.

"O fato de sua reserva ter sido diminuída por duas vezes, e ultimamente transformada em área interditada por decreto governamental tem contribuído para a diminuição da caça e da pesca, responsáveis pela alimentação. Aliadas às dificuldades de nutrição, o contato com o branco tem proporcionado o contágio de doenças infecto-contagiosas e consequentemente mortalidade. As limitações de suas reservas impedem-nos também da prática de seus ritos nas cabeceiras de rios atualmente interditadas, o que caracteriza o genocídio e etnocídio.

"Além dos índios, também um grande número de trabalhadores rurais, responsáveis pela produção de alimentos, dos municípios de Ayrão, Itapiranga e Urucará, terão sua pequenas propriedades inundadas.

"Estas práticas de elaboração de projetos do governo para a Amazônia, que nunca contemplam o homem amazônico em seus supostos benefícios, vem se tornando rotina.

"Afora as pessoas atingidas a curto prazo, haverá também problemas ecológicos produzidos pelas inundações, como alterações de clima, enchentes e até envenenamentos se forem utilizados desfolhantes para o desmatamento.

"Acreditamos que a falta de conhecimento por parte da população, pela ausência de divulgações corretas e de amplos debates sobre projetos de cúpula, impostos ao povo, que assume as consequências, tem trazido sérios prejuízos à nação brasileira.

"Assim sendo nos solidarizamos com estas populações que se encontram desprotegidas e ameaçadas de extermínio e expropriação de suas terras e apresentamos nosso repúdio a uma política de gabinete que não inclui o povo nas discussões sobre questões prioritárias para o desenvolvimento do País."

Vítimas das chuvas

Com as chuvas que têm caído nos últimos meses, sobre várias regiões do País, todos têm sofrido.

Mas as maiores vítimas, como sempre são os moradores das vilas, das periferias, das favelas, e os trabalhadores rurais. Enquanto os ricos apenas sofrem transtornos com as chuvas, os pobres perdem casas, terras, móveis, roupas, animais, e, muitas vezes, a própria vida.

Os companheiros Vitorio Sorotiuk e Edésio Passos, do PT do Paraná, apresentaram a moção seguinte — que foi aprovada pelo Diretório Nacional — em solidariedade aos trabalhadores das ilhas do rio Paraná, um dos mais castigados pelas chuvas e enchentes:

"O Diretório Nacional do PT, tendo em vista a grave situação dos ilhéus, posseiros de terra das ilhas do Rio Paraná, atualmente inundadas, vem solidarizar-se com a luta daqueles trabalhadores e de suas entidades representativas, no sentido de legalização imediata de suas posses, indenização pelos danos causados pelas inundações, face às obras, hidrelétricas governamentais, e reassentamento às margens do rio."